

CENTRO de PORTUGAL

Boletim trimestral
Informação reportada ao
terceiro trimestre de 2020

48



ccdrc comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro



48

Boletim trimestral

Informação reportada ao
terceiro trimestre de 2020

Editor
Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico
Direção de Serviços de Desenvolvimento
Regional

Data de Edição
Dezembro de 2020

ISSN
2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdr.pt

Alguma da informação conjuntural encontra-se
também em <http://datacentro.ccdr.pt>

DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO de PORTUGAL

ÍNDICE

- 4 Enquadramento Nacional
- 6 Mercado de Trabalho
- 11 Desemprego Registado
- 13 Empresas
- 15 Comércio Internacional de Bens
- 18 Turismo
- 20 Construção e Habitação
- 23 Preços e Consumo Privado
- 25 Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

No terceiro trimestre de 2020, o Produto Interno Bruto registou uma variação homóloga real de -5,7%, depois da contração de 16,4% observada no trimestre anterior, determinada pelos contributos menos negativos tanto da procura interna, como da procura externa líquida. Esta evolução reflete os efeitos da reabertura progressiva da atividade económica, no seguimento das medidas de contenção da pandemia por COVID-19 com forte impacto nos primeiros dois meses do segundo trimestre. A taxa de desemprego nacional aumentou para os 7,8% e o nível de preços manteve-se face ao trimestre homólogo. Tanto o indicador de confiança dos consumidores, como o indicador de clima económico voltaram a diminuir, apesar de mostrarem alguma recuperação face ao trimestre anterior.

Relativamente à Região Centro, neste trimestre, o mercado de trabalho continuou em contração como consequência do impacto da pandemia, tendo apresentado, no entanto, melhorias face ao trimestre precedente. A taxa de atividade e a população ativa mantiveram-se em queda, embora a um ritmo menor do que no trimestre anterior. O desemprego aumentou e o emprego continuou a diminuir. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem continuou a crescer, atingindo novamente os valores mais elevados desde 2008.

No setor empresarial, assistiu-se, na Região Centro a um crescimento expressivo não só das constituições, mas também das ações de insolvência de empresas, infletindo o comportamento dos trimestres anteriores. Esta evolução resultou, em grande medida, da situação decorrente da pandemia por COVID-19. Em termos regionais, os empréstimos concedidos às empresas registaram o primeiro crescimento homólogo em 10 anos. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos manteve-se em queda face a igual período do ano anterior. Na construção, na Região Centro, assistiu-se a uma evolução positiva do setor, evidenciada pelos crescimentos homólogos em todos os indicadores de licenciamento e obras concluídas. A avaliação bancária da habitação na região continuou a aumentar, mas de forma menos intensa do que nos trimestres anteriores.

O setor do turismo na região e no país, apesar de muito devastado pelas consequências da pandemia por COVID-19, evidenciou sinais de melhoria. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram quebras homólogas muito menos acentuadas do que as dos dois trimestres anteriores. A estada média na região manteve-se face ao trimestre homólogo e aumentou em relação ao anterior. Nas relações comerciais da região com o mercado externo começou a assistir-se a uma recuperação, evidenciada pelo aumento homólogo real nas saídas de bens e pelo abrandamento da contração das entradas de bens. Também o consumo privado denota alguns sinais de recuperação dos efeitos da COVID-19, a avaliar pela evolução mais favorável de alguns indicadores. O Índice de Preços no Consumidor diminuiu na Região Centro, de forma menos intensa que no trimestre anterior, registando a mesma taxa do período homólogo.

No PORTUGAL 2020, no final do terceiro trimestre de 2020, estavam aprovados 6,6 mil milhões de euros de fundos europeus, dos quais 121,3 milhões de euros correspondiam a apoios na sequência da pandemia por COVID-19. O COMPETE 2020 mantinha-se como o programa operacional com mais relevância na região e o FEDER o fundo que cofinanciou a maioria dos montantes aprovados. O Programa Operacional Capital Humano detinha a taxa de realização de fundo mais elevada.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

-5,7%

foi a variação
homóloga real do
PIB e

7,8%

a taxa de
desemprego nacional

No terceiro trimestre de 2020, o Produto Interno Bruto registou uma variação homóloga real de -5,7%, depois da contração de 16,4% observada no trimestre anterior, determinada pelos contributos menos negativos tanto da procura interna, como da procura externa líquida. Esta evolução reflete os efeitos da reabertura progressiva da atividade económica, no seguimento das medidas de contenção da pandemia por COVID-19 com forte impacto nos primeiros dois meses do segundo trimestre. A taxa de desemprego nacional aumentou para os 7,8% e o nível de preços manteve-se face ao trimestre homólogo. Tanto o indicador de confiança dos consumidores, como o indicador de clima económico voltaram a diminuir, apesar de mostrarem alguma recuperação face ao trimestre anterior.

No terceiro trimestre de 2020, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume registou uma variação de -5,7% face ao trimestre homólogo¹, após uma diminuição de 16,4% no trimestre anterior. Estes resultados refletem os efeitos do gradual processo de desconfinamento e da reabertura progressiva da atividade económica, no seguimento das medidas de contenção da pandemia por COVID-19 com forte impacto nos primeiros dois meses do segundo trimestre. Esta evolução do PIB deveu-se, em grande medida, à procura interna, que registou um comportamento significativamente menos negativo do que no trimestre anterior, refletindo, sobretudo, a recuperação do consumo das famílias. Também o contributo da procura externa foi menos negativo, influenciado sobretudo pela recuperação das exportações de bens.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		3T20	2T20	1T20	4T19	3T19	2019	2018
		média trimestral						
PIB*	v. h. (%)	-5,7	-16,4	-2,4	2,3	2,0	2,2	2,8
Procura interna	v. h. (%)	-4,0	-11,9	-1,1	1,2	3,4	2,7	3,2
Consumo das famílias	v. h. (%)	-4,3	-14,8	-1,1	2,4	2,7	2,5	2,7
Formação bruta de capital	v. h. (%)	-8,2	-10,1	-2,3	-3,4	8,1	5,4	7,8
Taxa de investimento	%	18,4	19,8	18,8	17,9	18,9	18,5	17,9
Exportações	v. h. (%)	-15,2	-39,4	-4,9	5,9	2,4	3,5	4,1
Importações	v. h. (%)	-11,4	-29,2	-1,9	3,2	5,6	4,7	5,0
VAB	v. h. (%)	-4,6	-14,9	-2,3	1,9	2,0	2,1	2,7
Taxa de desemprego	%	7,8	5,6	6,7	6,7	6,1	6,5	7,0
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	0,0	-0,3	0,4	0,3	-0,2	0,3	1,0
Indicador de confiança dos consumidores	%	-26,3	-33,1	-9,9	-7,3	-7,1	-8,0	-4,8
Indicador de clima económico	%	-1,6	-2,8	2,1	2,1	2,3	2,4	2,6
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,169	1,101	1,102	1,107	1,112	1,120	1,181
	v. h. (%)	5,2	-2,1	-2,9	-3,0	-4,4	-5,2	4,6

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume. USD - Dólar dos Estados Unidos EUR - Euro

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste. Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

Assim, a procura interna em termos homólogos diminuiu 4,0% (após uma contração de 11,9% no trimestre anterior), resultado da quebra do consumo das famílias (de -4,3%, contra -14,8% no trimestre anterior) e também do investimento (que registou um decréscimo homólogo em volume de 8,2%).

A procura externa líquida também registou um contributo negativo para a variação homóloga real do PIB, mas menos acentuado do que no trimestre anterior (passando de -4,6 pontos percentuais para os atuais -1,6 pontos percentuais). Esta evolução refletiu uma diminuição

das exportações de bens e serviços mais forte que a das importações de bens e serviços, ainda que as exportações de bens tenham recuperado de forma expressiva face ao período anterior. Assim, as exportações de bens e serviços registaram uma variação homóloga real de -15,2% (após terem diminuído -39,4% no trimestre precedente), refletindo a significativa quebra nas exportações de serviços (de -40,8%), explicada em grande medida pela forte contração da atividade turística, e a diminuição das exportações de bens (de -2,8% contra os -32,6% registados no trimestre anterior). As importações de bens e serviços recuaram 11,4% em termos homólogos reais (face a uma variação de -29,2% no período anterior), tendo ambas as suas componentes diminuído (-8,5% nos bens e -25,5% nos serviços).

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base diminuiu 4,6% em termos homólogos reais (-14,9% no trimestre anterior). Neste período, apenas o ramo da “construção” registou uma variação homóloga real positiva (de 5,1%). Os restantes ramos apresentaram quebras, com destaque para a variação de -9,8% no “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração”.

No que respeita ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego nacional foi de 7,8%, valor superior em 2,2 pontos percentuais ao do trimestre anterior e em 1,7 pontos percentuais ao do trimestre homólogo de 2019. Estimavam-se 404,1 mil indivíduos desempregados no país, traduzindo um acréscimo homólogo do desemprego de 80,7 mil indivíduos e um acréscimo trimestral de 125,7 mil pessoas, que equivalia a um aumento de 45,1%. Esta taxa de variação trimestral era a mais elevada desde o início da série em 2011. O mercado de trabalho começou assim, neste trimestre, a dar sinais de deterioração na sequência da pandemia por COVID-19, sendo o aumento do desemprego uma das consequências mais visíveis.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, neste trimestre, manteve-se estável na comparação homóloga. Das 12 classes de consumo, sete registaram uma diminuição dos preços a nível nacional, evidenciando-se os “transportes” e o “lazer, recreação e cultura” com os maiores decréscimos (-3,0% e -1,9%, respetivamente). Nas restantes cinco classes ocorreram aumentos homólogos, destacando-se, com o crescimento mais elevado, a classe dos “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (2,3%).

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores, mas que retrata as expectativas dos empresários. É construído com base em inquéritos qualitativos conjunturais feitos às empresas da indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e dos serviços.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

A avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, as expectativas dos consumidores, neste trimestre, diminuíram significativamente, evidenciando, ainda assim, alguma recuperação face ao trimestre anterior. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. A confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico³ do INE, também diminuiu, denotando-se, no entanto, uma ligeira recuperação face ao trimestre anterior.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) aumentou 5,2% face ao trimestre homólogo, invertendo a tendência de depreciação do euro iniciada no terceiro trimestre de 2018. Esta valorização do euro traduz-se num preço superior para igual quantidade de bens exportados e num preço inferior para igual quantidade de bens importados.

MERCADO DE TRABALHO

5,8%

foi a taxa de
desemprego regional
e

897€

foi o salário médio
líquido mensal na
região

⁵ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série.

⁶ Desde meados de março de 2020 que têm vindo a ser adotadas medidas de salvaguarda da saúde pública relativas à pandemia COVID-19 que afetaram a forma como são realizadas as entrevistas do Inquérito ao Emprego, o normal funcionamento do mercado de trabalho e, consequentemente, as estimativas trimestrais de emprego e desemprego do terceiro trimestre de 2020.

⁷ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁸ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

⁹ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

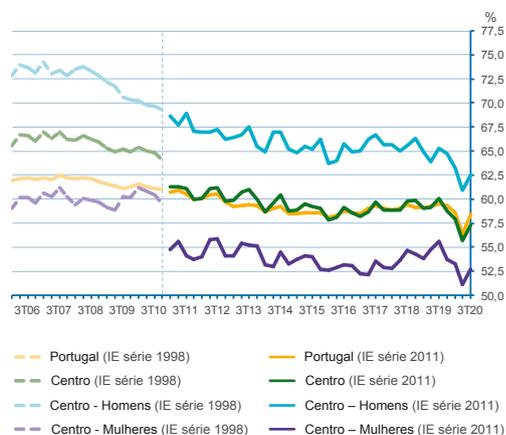
¹⁰ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "Reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

No terceiro trimestre de 2020, o mercado de trabalho continuou a contrair-se em consequência do impacto da pandemia COVID-19, no entanto, apresenta melhorias face ao trimestre precedente. Na Região Centro, a taxa de atividade e a população ativa mantiveram-se em queda, embora a um ritmo menor do que no segundo trimestre de 2020. O desemprego aumentou e o emprego continuou a diminuir. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem continuou a crescer na região e no país, atingindo novamente os valores mais elevados desde 2008.

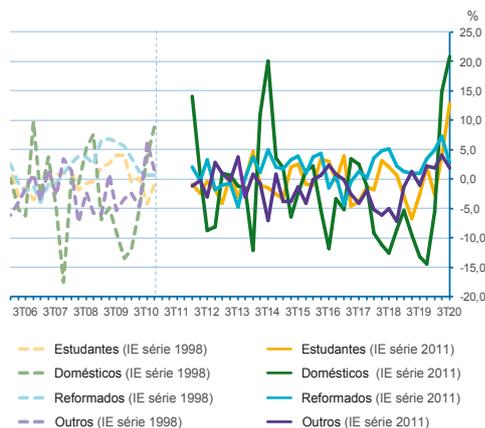
De acordo com os últimos dados do inquérito ao emprego⁵ do Instituto Nacional de Estatística, no terceiro trimestre de 2020⁶, a taxa de atividade da população em idade ativa⁷ na Região Centro foi de 57,3%, correspondendo a uma diminuição de 2,8 pontos percentuais face ao período homólogo, mas evidenciando um aumento de 1,6 pontos percentuais em relação ao período anterior. Ainda assim, esta taxa regional manteve-se inferior à média nacional, que se cifrou nos 58,4% e, como habitual, a dos homens foi mais elevada que a das mulheres (62,5% contra 52,7%).

Neste trimestre, a população ativa⁸ da Região Centro ascendia a 1.115,6 mil indivíduos, registando uma variação homóloga negativa de 4,3%, mas aumentando ligeiramente em relação ao segundo trimestre de 2020. Já os inativos⁹ totalizavam 1.093,9 mil indivíduos, representando um aumento de 5,2% face ao trimestre homólogo. A evolução homóloga trimestral dos inativos vem explicada pelos aumentos em todas as suas classes, evidenciando-se, contudo, os domésticos e os estudantes pelos acréscimos mais expressivos, de 20,8% e 12,8%, respetivamente.

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)¹⁰



O comportamento da população inativa observado neste trimestre pode ser justificado, em grande medida, pelos efeitos do gradual plano de desconfinamento geral do país iniciado em maio, nomeadamente do alívio das condicionantes à mobilidade e isolamento social e da reabertura de diversas atividades económicas. Estas razões permitiram aos indivíduos uma maior facilidade na procura ativa de emprego e disponibilidade para começar a trabalhar, critérios essenciais para a transição entre a população inativa e a população desempregada. Assim, no terceiro trimestre de 2020, o decréscimo menos acentuado da população inativa, decorreu, em grande medida, da transição de pessoas classificadas com inativas para a população desempregada, pelo facto de já ser possível cumprir os dois critérios acima referidos. É ainda de salientar, que a entrada de pessoas na população desempregada teve consequentemente impacto no comportamento trimestral da população ativa, por ser uma das suas componentes.

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		3T20	2T20	1T20	4T19	3T19	2019	2018
		média trimestral						
Taxa de atividade (15 e mais anos)								
Portugal	%	58,4	56,3	58,6	59,3	59,5	59,3	59,1
Centro	%	57,3	55,7	57,9	58,8	60,1	59,2	59,4
	v. h. (p.p.)	-2,8	-3,4	-1,1	-1,1	0,3	-0,2	0,5
População ativa – Centro	milhares	1.115,6	1.083,7	1.126,8	1.138,5	1.165,2	1.148,8	1.157,6
	v. h. (%)	-4,3	-5,4	-1,6	-2,4	0,0	-0,8	0,4
População inativa – Centro	milhares	1.093,9	1.126,0	1.083,9	1.063,9	1.039,8	1.058,0	1.064,5
	v. h. (%)	5,2	6,0	1,7	1,2	-1,5	-0,6	-1,8
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	182,3	181,5	171,2	173,4	161,6	171,5	176,1
	v. h. (%)	12,8	3,9	-2,8	2,1	-2,6	-2,6	0,9
Domésticos	milhares	88,7	91,0	79,8	77,7	73,4	78,7	88,1
	v. h. (%)	20,8	14,9	-5,6	-14,4	-13,2	-10,7	-10,3
Reformados	milhares	412,7	426,0	408,2	398,2	402,2	396,5	390,1
	v. h. (%)	2,6	7,3	5,0	3,5	1,0	1,6	3,9
Outros	milhares	410,2	427,5	424,7	414,6	402,7	411,3	410,3
	v. h. (%)	1,9	4,0	1,9	2,1	-1,0	0,2	-5,9

A taxa de emprego¹¹ da Região Centro, no terceiro trimestre de 2020, foi de 54,0%, o que traduziu novamente uma diminuição de 3,2 pontos percentuais face ao trimestre homólogo, dando continuidade à quebra verificada desde há um ano e que interrompeu três anos de acréscimos homólogos sucessivos. Esta taxa regional, apesar de inferior à registada no período homólogo, aumentou 0,9 pontos percentuais face à do trimestre precedente e voltou a ultrapassar, ainda que ligeiramente, a média nacional, que foi de 53,9%.

¹¹ A taxa de emprego (15 e mais anos) é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade (população em idade ativa).

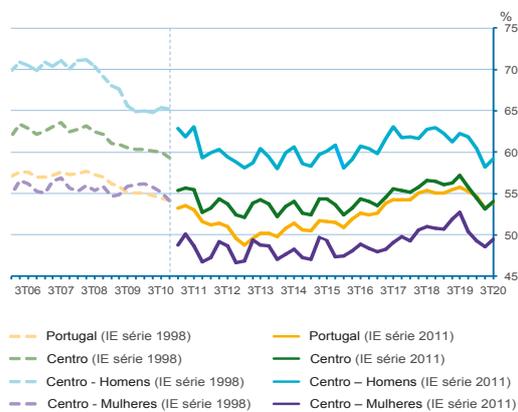
Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.051,2 mil indivíduos, o que representou uma diminuição de 5,2% face ao mesmo período do ano anterior, dando continuidade à evolução negativa observada já desde o último trimestre de 2019. Ainda assim, em relação ao segundo trimestre de 2020, a população empregada cresceu 1,8%. Este aumento trimestral da população empregada pode ser parcialmente explicado pelo aligeirar das medidas de contenção da pandemia, em particular a reabertura de diversas atividades económicas, bem como das universidades e escolas que, no âmbito do estado de emergência que vigorou de 18 de março a 2 de maio, levou a que muitos pais tivessem de ficar em casa a cuidar dos seus filhos (não tendo a possibilidade de trabalhar em regime de teletrabalho). Em simultâneo, mantiveram-se as medidas de proteção do emprego dos trabalhadores, de que é exemplo o *layoff* simplificado, que permite a manutenção na população empregada de pessoas cujas empresas ainda se encontrem fechadas, total ou parcialmente, de forma temporária.

Das categorias de empregados analisadas, apenas o emprego do setor secundário contrariou, pelo terceiro trimestre consecutivo, a variação regional da população empregada no trimestre, tendo aumentado 3,5%. As restantes categorias influenciaram negativamente essa variação, tendo os contributos mais expressivos ocorrido nos empregados dos 15 aos 24 anos (-34,0%), no emprego do setor terciário (-8,7%) e no emprego feminino (-5,7%).

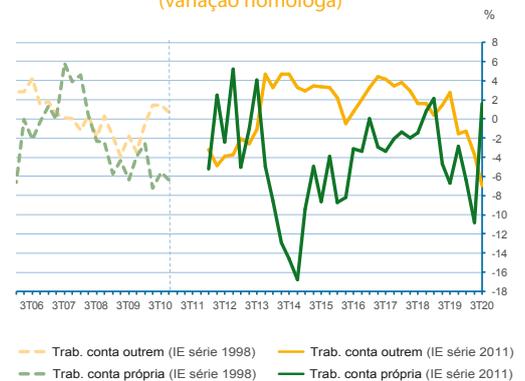
A diminuição do emprego ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta de outrem, que representando quase 79% da população empregada, decresceram 7,0% em termos homólogos. Esta quebra, que se mantém há um ano, foi explicada mais significativamente pelos decréscimos nos trabalhadores contratados a termo, nos que possuem o ensino básico como habilitação e nos que desempenham as suas funções a tempo parcial.

Já os trabalhadores por conta própria aumentaram (1,6%), face ao período homólogo, infletindo a tendência de quebra verificada há mais de um ano. Esta evolução homóloga decorreu da variação positiva ocorrida nos empregadores (10,0%), tendo sido contrariada pela quebra pouco significativa observada trabalhadores isolados (-1,1%).

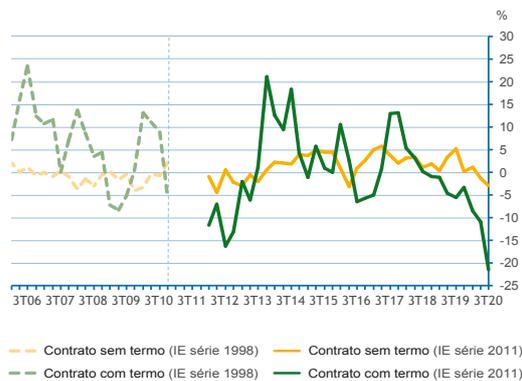
Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



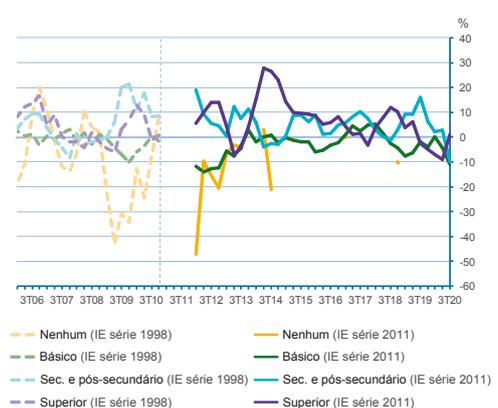
População empregada no Centro por situação na profissão (variação homóloga)¹²



População empregada por conta de outrem no Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)¹³



¹² Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

¹³ Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

Quadro 3 – Emprego		3T20	2T20	1T20	4T19	3T19	2019	2018	
		média trimestral							
Taxa de emprego (15 e mais anos)									
Portugal	%	53,9	53,2	54,7	55,3	55,8	55,4	55,0	
Centro	%	54,0	53,1	54,5	55,8	57,2	56,3	56,0	
	v. h. (p.p.)	-3,2	-3,2	-1,6	-0,7	0,6	0,3	1,2	
População empregada – Centro		milhares	1.051,2	1.033,0	1.059,3	1.079,5	1.108,9	1.092,5	1.092,3
	v. h. (%)	-5,2	-5,4	-2,8	-2,0	0,6	0,0	1,8	
Homens	v. h. (%)	-4,7	-4,7	-2,9	-2,4	-1,4	-1,3	0,7	
Mulheres	v. h. (%)	-5,7	-6,1	-2,6	-1,5	2,8	1,5	3,0	
15 - 24 anos	v. h. (%)	-34,0	-32,9	-17,1	-0,6	-5,1	5,6	0,3	
25 - 44 anos	v. h. (%)	-4,9	-3,3	-2,6	-3,0	1,6	-0,4	-0,8	
45 anos ou mais	v. h. (%)	-2,2	-4,1	-1,3	-1,2	0,5	-0,2	4,3	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-5,5	-12,6	-6,8	-13,4	-16,2	-12,5	-2,7	
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	3,5	2,7	4,1	-1,9	-3,7	-3,4	-1,6	
Serviços	v. h. (%)	-8,7	-7,8	-5,1	-0,2	5,5	3,7	4,3	
Trabalhadores por conta de outrem – Centro		milhares	830,2	838,6	846,6	858,7	892,6	869,9	863,3
	v. h. (%)	-7,0	-3,7	-1,2	-1,5	2,8	0,8	2,5	
Contratos sem termo	v. h. (%)	-2,9	-1,3	1,1	0,2	5,1	2,3	2,4	
Contratos com termo	v. h. (%)	-21,4	-11,0	-8,6	-3,3	-5,5	-3,7	1,8	
Tempo completo	v. h. (%)	-6,9	-3,7	-1,6	-0,8	2,4	0,9	2,9	
Tempo parcial	v. h. (%)	-8,2	-4,0	3,9	-11,3	7,7	-1,4	-2,9	
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	§	§	§	§	-4,2	-6,6	
Básico	v. h. (%)	-11,0	-4,3	0,1	-3,9	-2,0	-4,9	-0,2	
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	-10,1	2,9	2,1	6,1	16,1	10,1	1,1	
Superior	v. h. (%)	1,2	-8,9	-6,9	-4,8	-2,6	0,5	8,6	
Trabalhadores por conta própria – Centro		milhares	214,8	192,0	209,3	216,4	211,4	216,6	223,5
	v. h. (%)	1,6	-10,8	-6,4	-2,8	-6,7	-3,1	-1,0	
Isolados	v. h. (%)	-1,1	-11,6	-7,6	0,7	-8,1	-2,8	-1,4	
Empregadores	v. h. (%)	10,0	-8,3	-2,6	-12,2	-2,4	-3,9	0,0	

§: Desvio do padrão de qualidade/Coeficiente de variação elevado

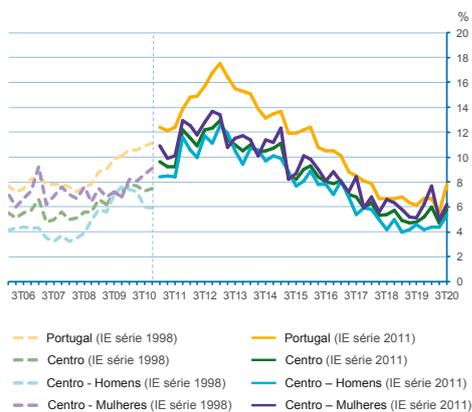
¹⁴ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

A taxa de desemprego¹⁴ da Região Centro foi de 5,8%, no terceiro trimestre de 2020, acima da registada no trimestre homólogo e anterior em 1,0 e 1,1 pontos percentuais, respetivamente. Ainda assim, permaneceu inferior à média nacional, que foi de 7,8% e voltou a ser a mais baixa entre as sete regiões portuguesas. A taxa de desemprego das mulheres voltou a aumentar face aos trimestres homólogo e anterior e manteve-se superior à dos homens (6,2% contra 5,3%).

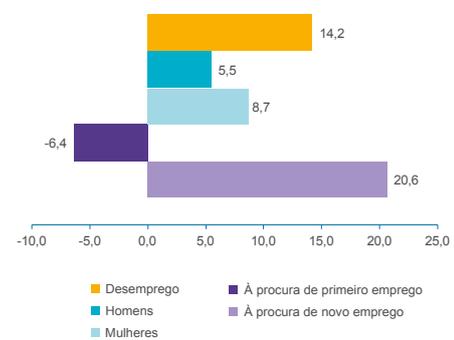
Neste período, na região, encontravam-se desempregados 64,3 mil indivíduos, o que representou um significativo acréscimo homólogo de 14,2%. Assim, no terceiro trimestre de 2020, já é visível, ao nível do desemprego, o alívio das medidas restritivas impostas para contenção da pandemia COVID-19, nomeadamente a reabertura gradual de diversas atividades económicas, que permitiu uma maior mobilidade da população e, por conseguinte, uma maior facilidade dos indivíduos na procura ativa de emprego e disponibilidade para começar a trabalhar, critérios necessários à integração na população desempregada, como foi descrito anteriormente no contexto da população inativa. Dito de outro modo, o aumento do desemprego e da respetiva taxa, no terceiro trimestre de 2020, decorreu, em grande medida, da transição de pessoas da população inativa para a população desempregada, pelo facto de já conseguirem cumprir os dois critérios supramencionados. No entanto, importa ainda referir que, apesar das medidas de proteção do emprego, o aumento do desemprego pode já refletir, ainda que parcialmente, as pessoas que perderam o seu emprego devido às consequências da pandemia COVID-19.

Das categorias de desempregados analisadas, apenas em duas se registaram reduções homólogas, nos desempregados à procura do primeiro emprego que decresceram 51,4% e nos desempregados há 12 ou mais meses que observaram uma diminuição de 18,3%. Todas as restantes categorias registaram crescimentos homólogos, tendo os mais expressivos ocorrido nos desempregados há menos de 12 meses (42,7%), nos desempregados com 45 ou mais anos (31,7%), nos desempregados à procura de novo emprego (23,5%) e nas mulheres desempregadas (16,8%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no terceiro trimestre de 2020 (%)



Quadro 4 – Desemprego		3T20	2T20	1T20	4T19	3T19	2019	2018
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	7,8	5,6	6,7	6,7	6,1	6,5	7,0
Centro	%	5,8	4,7	6,0	5,2	4,8	4,9	5,6
	v. h. (p.p.)	1,0	0,0	1,1	-0,5	-0,6	-0,7	-1,3
Homens	%	5,3	4,4	4,4	4,2	4,6	4,3	5,0
Mulheres	%	6,2	5,0	7,7	6,2	5,1	5,6	6,3
15 - 24 anos	%	§	§	25,1	15,4	17,8	14,6	18,9
25 - 44 anos	%	§	§	5,7	5,0	4,5	5,0	6,3
45 anos ou mais	%	4,5	2,7	3,9	4,0	3,4	3,5	3,4
População desempregada – Centro	milhares	64,3	50,6	67,5	59,0	56,3	56,3	65,3
	v. h. (%)	14,2	-6,5	21,0	-10,6	-10,6	-13,8	-18,2
Homens	v. h. (%)	11,4	-1,2	5,9	-18,4	7,1	-16,1	-24,1
Mulheres	v. h. (%)	16,8	-10,8	32,2	-3,9	-22,5	-11,9	-12,2
15 - 24 anos	v. h. (%)	x	x	101,1	-29,8	-7,9	-22,7	-10,8
25 - 44 anos	v. h. (%)	x	x	-1,4	-21,7	-22,0	-21,6	-10,0
45 anos ou mais	v. h. (%)	31,7	-25,6	16,3	23,7	4,2	4,5	-31,7
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-51,4	47,4	22,6	-13,5	-27,1	-26,1	2,3
À procura de novo emprego	v. h. (%)	23,5	-10,5	20,8	-10,1	-7,7	-11,9	-20,6
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	42,7	12,0	11,5	-6,8	-10,4	-1,9	-19,2
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-18,3	-26,8	35,3	-15,3	-10,8	-25,1	-17,1

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado
x: Não disponível

No trimestre em análise, na região e no país, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem foi o mais elevado dos últimos 12 anos, atingindo-se novos máximos históricos. Assim, na Região Centro, o salário médio fixou-se nos 897 euros, resultando num crescimento homólogo real de 6,0%, que dá continuidade à tendência de aumentos iniciada em 2017, apenas interrompida no terceiro trimestre de 2019. No entanto, este valor regional manteve-se abaixo da média nacional, que conheceu um acréscimo homólogo real de 5,1%, cifrando-se, neste trimestre, nos 955 euros.

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		3T20	2T20	1T20	4T19	3T19	2019	2018
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	955	952	929	912	909	909	888
	v. h. real (%)	5,1	4,8	2,6	1,5	2,2	2,0	2,7
Centro	€	897	882	858	849	846	850	838
	v. h. real (%)	6,0	3,4	0,7	0,1	-0,3	1,1	3,1

DESEMPREGO REGISTRADO

27,8%

foi o crescimento homólogo dos desempregados registados nos centros de emprego regionais, o mais elevado desde 2007

96

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais, o valor diário mais elevado dos últimos quatro anos

No terceiro trimestre de 2020, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a aumentar significativamente, observando o maior crescimento dos últimos 13 anos. Já os novos desempregados cresceram, embora a um ritmo menor do que nos dois primeiros trimestres de 2020 e as colocações realizadas pelo IEFP aumentaram face ao período homólogo, alcançando o valor diário mais elevado desde o último trimestre de 2016. Assim, a variação do desemprego registado reflete, em grande medida, o impacto económico e social provocado pela pandemia COVID-19, mas, no entanto, a avaliar pelo comportamento dos novos desempregados e das colocações parecem existir, ainda que muito parcialmente, sinais de recuperação, que poderão resultar das medidas de desconfinamento e de apoio ao emprego e à atividade económica em vigor durante quase todo o trimestre.

Neste trimestre, encontravam-se inscritos 69,12 mil desempregados nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro, refletindo um crescimento homólogo de 27,8%. Este acréscimo foi o mais elevado dos últimos 13 anos, dando continuidade ao comportamento de aumento observado no trimestre anterior, que influiu mais de seis anos de reduções homólogas consecutivas do número de desempregados registados nos centros de emprego da região.

Também os novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região aumentaram, observando uma variação regional homóloga de 4,5%, que, embora mantendo o comportamento de crescimento verificado nos dois trimestres anteriores, foi menos expressiva. Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 323 novos desempregados, mais 14 do que no trimestre homólogo.

As colocações efetuadas pelo IEFP registaram, neste trimestre, um aumento homólogo de 3,2%, que inverteu o comportamento de quebra iniciado já no último trimestre de 2019. Em termos médios, neste trimestre, ocorreram cerca de 96 colocações por dia (mais três do que em igual período do ano anterior), o valor médio diário mais elevado dos últimos quatro anos.

Assim, no terceiro trimestre de 2020, apesar das visíveis consequências ao nível do emprego provocadas pela pandemia COVID-19 decorrentes, em grande medida, do abrandamento e/ou encerramento de algumas áreas de atividade económica, assistiu-se, em termos homólogos, a um abrandamento do crescimento dos novos desempregados e a um aumento das colocações efetuadas pelo IEFP. Estes dois indicadores parecem evidenciar, ainda que

muito parcialmente, sinais de recuperação, que poderão resultar dos efeitos associados ao plano de desconfinamento, em vigor na maioria dos meses que compõem o trimestre. De referir que este plano, entre as várias ações, pressuponha a reabertura gradual dos setores de atividade económica. Neste contexto relevam ainda o prolongamento das medidas implementadas para proteção das empresas e dos postos de trabalho (de que é exemplo a possibilidade de *layoff*).

Quadro 6 – Desemprego Registrado		3T20	2T20	1T20	4T19	3T19	2019	2018
							média trimestral	
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	69,12	69,07	57,26	54,03	54,08	55,48	61,53
	v. h. (%)	27,8	26,6	-3,4	-6,1	-8,3	-9,8	-18,1
Novos desempregados**	milhares	29,03	28,43	29,20	27,85	27,80	26,33	26,78
	v. h. (%)	4,5	24,5	8,8	-0,5	-2,2	-1,7	-6,5
Colocações do IEFP**	milhares	8,67	5,62	7,39	6,72	8,40	7,78	7,84
	v. h. (%)	3,2	-28,6	-9,0	-4,6	1,7	-0,8	-0,5

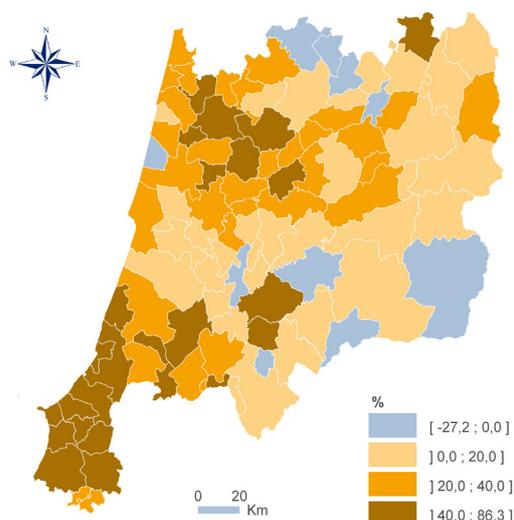
* valores médios trimestrais
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

¹⁵ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]}{[(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}]} * 100$, sendo determinado município e _{RC} a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2019.

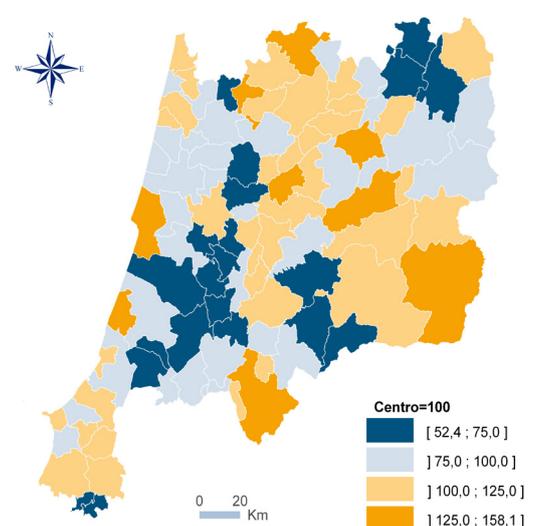
Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que apenas em 10 municípios ocorreu uma diminuição do desemprego face a igual período do ano anterior, destacando-se, pelas significativas reduções homólogas acima de 10%, Vila Nova de Paiva (-27,2%), Fornos de Algodres (-15,7%), Oleiros (-13,4%), Figueiró dos Vinhos (-12,0%) e Sátão (-11,3%). Nos restantes 90 municípios, o número de desempregados aumentou, evidenciando-se, com crescimentos homólogos acima de 80%, os municípios da Nazaré (86,3%) e de Óbidos (81,5%). Mais de metade dos municípios da Região Centro observou, pelo segundo trimestre consecutivo, crescimentos homólogos do desemprego, o que influetiu seis anos de diminuições homólogas, refletindo a situação económica e social desencadeada pela pandemia COVID-19.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, mais de metade dos municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja, índices de disparidade¹⁵ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Oleiros (52,4), Ferreira do Zêzere (55,5), Mortágua (58,4) e Penela (58,6). Dos 45 municípios com índices superiores à média regional, destacavam-se, com os valores mais elevados, os municípios de Idanha-a-Nova (158,1) e Abrantes (143,9).

Variação homóloga do desemprego registado por município no terceiro trimestre de 2020



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no terceiro trimestre de 2020¹⁵



EMPRESAS

18,8%

foi o crescimento
homólogo das novas
empresas constituídas
na região e

2,0%

foi o aumento
homólogo dos
empréstimos
concedidos às
empresas na região,
o que não sucedia há
mais de 10 anos

No terceiro trimestre de 2020, assistiu-se, na Região Centro a um crescimento expressivo não só das constituições, mas também das ações de insolvência de empresas, infletindo o comportamento dos trimestres anteriores. Esta evolução resultou, em grande medida, da situação decorrente da pandemia COVID-19. Em termos regionais, os empréstimos concedidos às empresas registaram o primeiro crescimento homólogo em 10 anos. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos manteve-se em queda face a igual período do ano anterior.

Na região, constituíram-se 1.761 novas empresas neste trimestre, o que se traduziu num aumento expressivo de 18,8% face a igual período do ano anterior. Esta evolução regional infletiu o comportamento negativo observado nos três trimestres precedentes e contrariou o total do país, em que o número de novas constituições decresceu em cerca de 6%. Em termos médios, foram criadas 20 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 110 constituídas diariamente no país. Esta subida das constituições de novas empresas pode estar associada a novos negócios já previstos mas que, devido ao clima de incerteza durante os primeiros meses do ano, não tinham ainda sido concretizados e que com o plano de desconfinamento e reabertura gradual do país, iniciaram, neste trimestre, a sua atividade. Assim, no terceiro trimestre de 2020 a quase totalidade dos sectores da economia estavam novamente a funcionar, com as adaptações necessárias ao contexto pandémico, de que são exemplo o uso obrigatório de máscara nos locais fechados, a higienização regular do espaço e das mãos à entrada e à saída desses locais e a limitação da lotação máxima de pessoas.

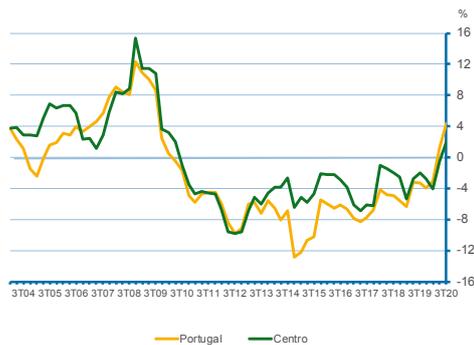
Neste trimestre, as ações de insolvência¹⁶ de empresas na Região Centro e em Portugal aumentaram muito significativamente, em 18,5% e 33,1%, respetivamente. Este acréscimo das insolvências na região infletiu a tendência de quebra observada há mais de três anos e apenas interrompida nos vários trimestres do ano de 2018. Em Portugal ocorreram cerca de 14 ações de insolvência, em média, por dia, das quais duas foram de empresas com sede na Região Centro. O acréscimo tão expressivo das ações de insolvências poderá estar relacionado com os efeitos da pandemia COVID-19 que devido ao abrandamento e/ou encerramento de algumas áreas de atividade económica, implicou quebras de faturação muito significativas, colocando as empresas de alguns setores (de que é exemplo o comércio, a restauração e a cultura) em situações muito frágeis.

Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras registaram, no terceiro trimestre de 2020, um crescimento homólogo real (2,0%), o que já não se verificava desde 2010. Este acréscimo regional acompanhou a evolução da média do país, em que os empréstimos concedidos aumentaram 4,4%, mantendo o comportamento do período anterior, que havia infletindo 10 anos de quebras homólogas consecutivas.

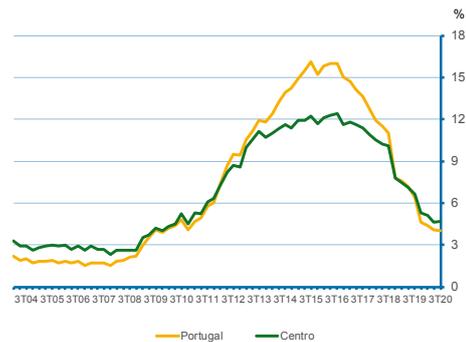
¹⁶ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

O incumprimento das empresas, medido pela importância dos empréstimos vencidos no total dos concedidos às sociedades não financeiras, manteve-se em queda face ao trimestre homólogo (-1,9 pontos percentuais). Deste modo, no terceiro trimestre de 2020, este indicador fixou-se nos 4,7% na região, permanecendo acima da média do país (4,0%).

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Peso dos empréstimos vencidos
das sociedades não financeiras



Quadro 7 – Empresas		3T20	2T20	1T20	4T19	3T19	2019	2018
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	9.899	6.048	12.075	11.114	10.528	12.230	11.331
	v. h. (%)	-6,0	-47,5	-23,4	-1,1	10,8	7,9	11,9
Centro	número	1.761	1.008	1.846	1.564	1.482	1.819	1.648
	v. h. (%)	18,8	-41,0	-26,8	-1,2	8,9	10,4	7,0
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras*								
Portugal	milhões €	72.149	70.906	67.415	67.016	69.118	68.916	71.702
	v. h. real (%)	4,4	1,2	-3,1	-3,9	-3,3	-4,2	-4,9
Centro	milhões €	13.371	13.135	12.521	12.595	13.106	12.983	13.371
	v. h. real (%)	2,0	-0,4	-4,1	-2,7	-2,0	-3,2	-1,8
Empréstimos vencidos (em percentagem dos concedidos)*								
Portugal	%	4,0	4,1	4,4	4,6	6,4	6,5	10,6
Centro	%	4,7	4,6	5,1	5,3	6,6	6,6	9,7
Ações de insolvência								
Portugal	número	1.227	1.445	1.304	1.617	922	1.378	1.652
	v. h. (%)	33,1	0,1	-14,8	-6,3	-25,2	-16,6	-0,5
Centro	número	205	216	245	312	173	257	304
	v. h. (%)	18,5	-19,4	-10,6	-0,6	-25,8	-15,6	4,6

* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

2,7%

foi o crescimento
homólogo real das
saídas de bens da
região e

-5,5%

foi o decréscimo
homólogo real das
entradas de bens na
região

No terceiro trimestre de 2020, na região e no país, começou a assistir-se a uma recuperação do comércio internacional de bens, evidenciada pelo aumento homólogo real nas saídas e pelo abrandamento da contração das entradas de bens, decorrente, muito provavelmente, do alívio das medidas impostas pelos países para contenção da pandemia COVID-19. O crescimento significativo do mercado extracomunitário foi o que explicou a variação regional positiva das saídas de bens. Já a variação regional das entradas reflete o contributo negativo de ambos os mercados, destacando-se, ainda que ligeiramente, os países intracomunitários.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, uma diminuição homóloga real¹⁷ de 2,7%, invertendo o comportamento muito negativo observado no trimestre anterior. Também o total de saídas do país teve um comportamento homólogo semelhante, embora o aumento nacional (0,2%) tenha sido menos expressivo que o regional. Para esta evolução observada na Região Centro contribuiu o expressivo acréscimo homólogo das saídas para o mercado extracomunitário (17,7%), que foi contrariado pela ligeira diminuição regional das saídas para os países intracomunitários (-1,1%). As variações do comércio internacional, nomeadamente do intracomunitário, registadas neste trimestre continuaram a traduzir os efeitos associados ao Brexit¹⁸ mas denotaram já uma menor influência das medidas restritivas adotadas para combater a pandemia COVID-19. No terceiro trimestre de 2020, tendo em conta os sinais de recuo da pandemia na generalidade dos países da União Europeia, os Estados-Membros foram progressivamente aliviando as suas restrições à mobilidade, nomeadamente reabriram-se as fronteiras e foram retirados muito dos controlos transfronteiriços impostos desde março de 2020. No caso português, a reabertura das fronteiras terrestres com Espanha ocorreu a 1 de julho de 2020. O progressivo levantamento destas restrições permitiu, ao longo do trimestre, aliviar os condicionalismos sobre o funcionamento do transporte de mercadorias no interior da União Europeia que, embora não tivesse sido suspenso durante o período de maior propagação da COVID-19, tendo até a Comissão Europeia convidado os Estados-Membros a implementar os chamados “corredores verdes”¹⁹, esteve muito focado no transporte de bens considerados essenciais, tais como alimentos e materiais médicos.

¹⁷ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2016).

¹⁸ Atendendo à concretização do Brexit ocorrida a 31 de janeiro de 2020, os dados referentes às transações de/para o Reino Unido foram considerados pelo Instituto Nacional de Estatística, a partir de fevereiro de 2020, no comércio extracomunitário

¹⁹ Podem entender-se como vias reservadas, que constituem pontos de passagem das fronteiras internas da rede transeuropeia de transportes, sempre que ocorram controlos nas fronteiras internas dos Estados-Membros ou que os mesmos tenham sido introduzidos. Este mecanismo destina-se a preservar o funcionamento das cadeias de abastecimento em toda a União Europeia e a assegurar que todas as mercadorias, incluindo, mas não exclusivamente, as mercadorias essenciais possam chegar rapidamente ao seu destino.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		3T20	2T20	1T20	4T19	3T19	2019	2018
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	13.748,8	10.609,2	14.531,2	15.380,2	14.217,4	14.975,7	14.462,5
	v. h. real (%)	0,2	-28,5	-2,4	8,0	1,6	3,6	3,0
Intracomunitárias	milhões €	9.898,6	7.574,2	10.378,7	11.729,7	10.803,6	11.499,1	11.013,8
	v. h. real (%)	-5,1	-33,4	-10,9	8,0	2,9	4,4	5,8
Extracomunitárias	milhões €	3.850,2	3.035,0	4.152,5	3.650,5	3.413,8	3.476,6	3.448,7
	v. h. real (%)	16,8	-12,7	28,4	8,0	-2,3	0,8	-5,0
Centro	milhões €	2.664,3	2.081,8	2.720,5	2.843,3	2.686,0	2.833,2	2.820,5
	v. h. real (%)	2,7	-26,2	-5,2	-0,3	2,5	0,5	2,5
Intracomunitárias	milhões €	2.038,1	1.576,6	2.093,9	2.262,3	2.134,9	2.270,2	2.254,3
	v. h. real (%)	-1,1	-31,2	-9,1	1,1	3,1	0,7	3,3
Extracomunitárias	milhões €	626,2	505,2	626,6	581,1	551,1	563,0	566,3
	v. h. real (%)	17,7	-5,0	10,4	-5,3	0,1	-0,5	-0,4
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	16.747,8	13.624,3	19.096,1	20.216,2	19.435,1	19.994,3	18.859,8
	v. h. real (%)	-8,8	-28,8	-2,7	3,9	7,7	6,4	5,2
Intracomunitárias	milhões €	12.509,4	10.171,0	13.701,8	15.681,2	14.719,5	15.273,2	14.322,3
	v. h. real (%)	-10,1	-30,3	-8,0	3,8	10,8	7,1	4,6
Extracomunitárias	milhões €	4.238,4	3.453,2	5.394,2	4.535,0	4.715,5	4.721,1	4.537,5
	v. h. real (%)	-4,9	-23,9	14,3	4,0	-0,9	4,4	6,9
Centro	milhões €	2.131,6	1.903,5	2.391,1	2.373,6	2.386,7	2.469,2	2.498,5
	v. h. real (%)	-5,5	-22,3	-3,0	-4,2	4,1	-0,8	4,9
Intracomunitárias	milhões €	1.674,0	1.439,3	1.852,7	1.943,5	1.877,2	1.972,4	2.028,2
	v. h. real (%)	-5,6	-25,1	-6,8	-3,4	2,4	-2,4	3,2
Extracomunitárias	milhões €	457,6	464,2	538,3	430,1	509,5	496,7	470,3
	v. h. real (%)	-5,0	-12,0	12,8	-7,8	11,1	6,0	12,8

*Os valores de 2018 e 2019 são definitivos e os de 2020 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

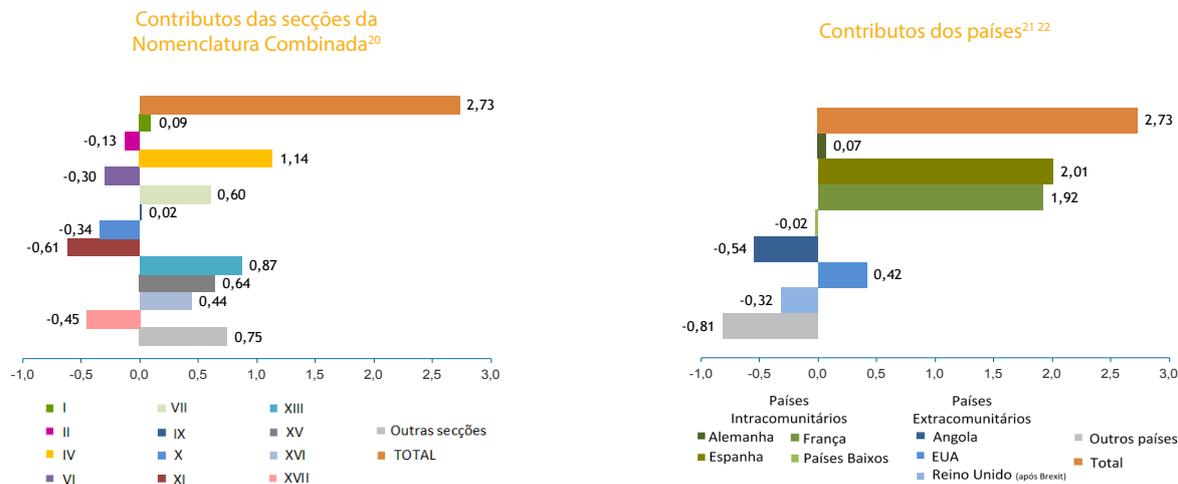
²⁰ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância superior a 93% do total das saídas e entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação deste boletim.

²¹ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto mais de 71% e 78% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais²⁰ da Região Centro, verificou-se que, neste trimestre, a maioria das secções analisadas explicaram positivamente a evolução regional, destacando-se, com um contributo conjunto de 3,25 pontos percentuais, quatro secções (IV “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados”; XIII “obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras”; XV “metais comuns e suas obras” e VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras”). As restantes secções contrariam este comportamento regional, salientando-se, com as quebras homólogas reais mais significativas, as secções XI “matérias têxteis e suas obras” (-0,61%) e XVII “material de transporte” (-0,45%). A evolução dos grupos de produtos, abrangendo outros bens para além dos alimentares e de primeira necessidade (estando aqui incluídos, os medicamentos, equipamentos médicos e de proteção individual), pode resultar de uma maior fluidez do transporte de mercadorias, reflexo do gradual levantamento das restrições adotadas pelos países para contenção do surto pandémico provocado pela doença COVID-19, mas também de uma melhor gestão dos condicionalismos ao transporte.

Analisando as saídas de bens da região tendo em consideração os países de destino com maior importância nas transações internacionais²¹ da Região Centro, constatou-se que foram maioritariamente os países do mercado intracomunitário que justificaram a variação homóloga regional. Destes países, destacaram-se pelo contributo positivo mais expressivo, Espanha e França que conjuntamente explicaram a variação total em 3,93 pontos percentuais. No mercado extracomunitário, apenas os EUA explicaram em 0,42% a variação regional.

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no terceiro trimestre de 2020 (%)



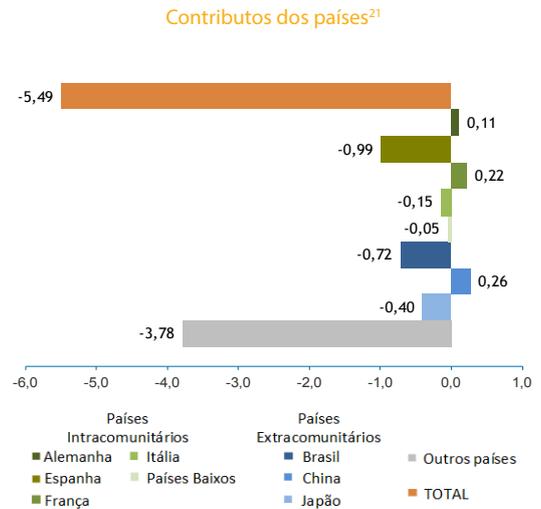
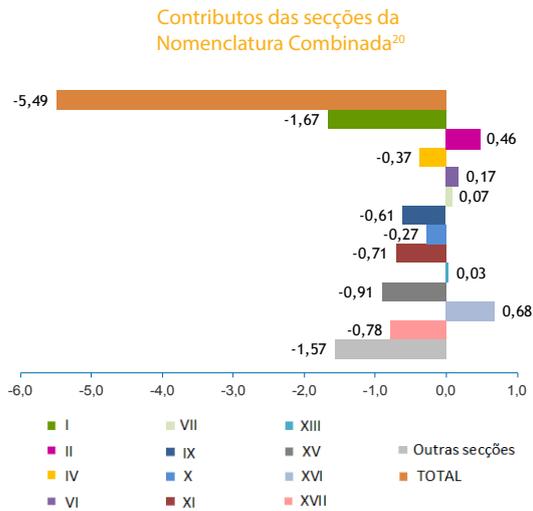
As entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior uma diminuição real de 5,5%, acompanhando o total nacional que decresceu 8,8% e evidenciando um abrandamento do comportamento muito negativo observado no trimestre anterior. Nas importações de bens, ambos os mercados contribuíram negativamente para esta variação regional, destacando-se a quebra homóloga real de 5,6% nos bens provenientes dos países da União Europeia. Esta evolução regional das importações, tal com as exportações, parece também já refletir algum alívio das medidas impostas pelos países para proteção da saúde no contexto da COVID-19, nomeadamente as adotadas à escala da União Europeia, devido à importância que os bens provindos deste conjunto de países assumem no total regional (que habitualmente representa mais de três quartos do total de entradas de bens).

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que mais de metade desses grupos contribuíram para a variação homóloga real negativa das entradas de bens, evidenciando-se, com um contributo conjunto de -4,07 pontos percentuais, as secções I “animais vivos e produtos do reino animal”; XV “metais comuns e suas obras”; XVII “material de transporte” e XI “matérias têxteis e suas obras”. Das cinco secções que contrariam o comportamento regional observado no trimestre, salientam-se as secções XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” (0,68%) e II “produtos do reino vegetal” (0,46%).

No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que a maioria dos países do mercado intracomunitário contribuíram para a variação homóloga regional de -5,5%, evidenciando-se a Espanha com uma variação de -0,99%. Dos países com relevo no mercado extracomunitário, foram o Brasil e o Japão, que conjuntamente justificaram em -1,12 pontos percentuais a variação total.

²² Para a presente análise o Reino Unido foi integrado no mercado extracomunitário, pelo facto de já ser considerado um país terceiro neste trimestre, após a concretização do Brexit em 31 de janeiro de 2020.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no terceiro trimestre de 2020 (%)



TURISMO

-38,9%

foi a redução homóloga dos hóspedes dos estabelecimentos de alojamento turístico da região e

No terceiro trimestre de 2020, o setor do turismo na região e no país, apesar de muito devastado pelas consequências da pandemia COVID-19, evidenciou sinais de melhoria. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram quebras homólogas muito menos acentuadas do que as registadas nos dois trimestres anteriores. A estada média na região manteve-se face ao trimestre homólogo e aumentou em relação ao anterior.

1,9 noites

foi a estada média nesses estabelecimentos

Neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico²³ da Região Centro acolheram 850 mil hóspedes, traduzindo uma redução homóloga de 38,9%. Esta evolução regional, apesar de negativa, foi muito mais favorável do que a registada no período antecedente e do que a média nacional que foi de -52,8% (resultado de um total de 4.284 mil hóspedes no país). Se considerarmos apenas a hotelaria, excluindo assim o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local, a diminuição homóloga nos hóspedes foi mais acentuada (42,2% na região e 54,7% no país).

²³ O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, pousadas e quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

Também as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região registaram uma quebra significativa face ao mesmo período do ano anterior (-38,5%), embora inferior à do trimestre anterior e à média do país (-55,7%). Consequentemente, os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram uma redução homóloga real na região e no país, de 38,5% e 58,6%, respetivamente, embora muito menos expressiva que no segundo trimestre de 2020. Para a evolução regional dos proveitos contribuiu a significativa contração homóloga real dos proveitos de aposento que diminuíram 36% e que representavam, neste trimestre, cerca de 77% do total de proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico.

Já a estada média na Região Centro e em Portugal cifrou-se em 1,9 e 2,6 noites, respetivamente, sendo, no caso regional, igual à observada no trimestre homólogo e superior à do anterior.

A atenuação da contração na atividade turística, no terceiro trimestre de 2020, traduz já os efeitos do término do primeiro Estado de Emergência em Portugal e suas renovações (em

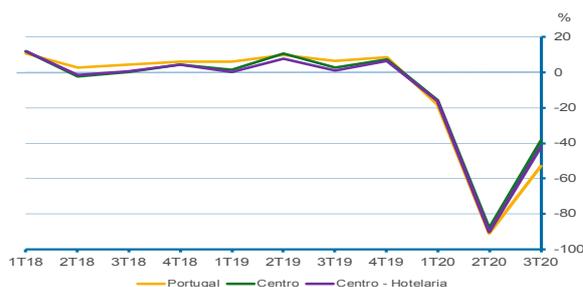
²⁴ De forma a minimizar os impactos da pandemia COVID-19 no seu território, o Reino Unido definiu uma lista de países ou territórios que considerava apresentarem menores risco de contágio ("travel corridors"), o que implicava que as pessoas que chegavam ao Reino Unido de países ou territórios presentes nessa lista não necessitavam de efetuar quarentena obrigatória de 14 dias. O governo britânico anunciou a 20 de agosto que, a partir do dia 22 de agosto, quem entrasse em Inglaterra vindo de Portugal não teria de ficar em quarentena obrigatória. Posteriormente, a 10 de setembro, anunciou que, a partir do dia 12 de setembro, quem viajasse de Portugal teria de efetuar quarentena obrigatória.

vigor de 18 de março a 2 de maio de 2020), do gradual levantamento das medidas restritivas (de que são exemplo, o encerramento das fronteiras terrestres e a suspensão de rotas aéreas) e da implementação do plano de desconfinamento geral do país. Também para esta evolução menos negativa dos indicadores do turismo terá contribuído, em grande medida, o facto dos meses que compõem o terceiro trimestre de 2020 coincidirem com o período de férias habitual dos portugueses e, simultaneamente, por estes, terem optado, devido ao surto pandémico, por gozar férias em território nacional, em vez de viajar para o estrangeiro. Outra razão que poderá ter justificado o comportamento do turismo, neste trimestre, foi a abertura do corredor aéreo²⁴ entre o Reino Unido e Portugal em agosto e setembro de 2020, dada a importância que, tradicionalmente, os residentes provenientes daquele país assumem no turismo nacional.

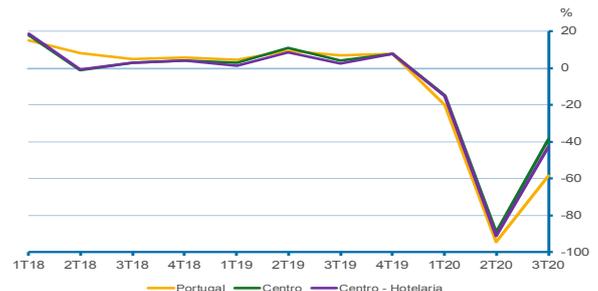
Quadro 9 – Turismo		3T20	2T20	1T20	4T19	3T19	2019	2018
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	4.284	672	3.706	5.834	9.081	6.786	6.289
	v. h. (%)	-52,8	-91,3	-18,2	8,6	6,6	7,9	5,3
Centro	milhares	850	133	570	918	1.391	1.030	974
	v. h. (%)	-38,9	-88,3	-15,5	7,5	2,9	5,7	2,4
Hotelaria	milhares	610	86	447	732	1.055	804	773
	v. h. (%)	-42,2	-90,4	-16,2	6,7	1,1	4,0	2,8
Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	11.293	1.473	8.992	13.947	25.489	17.540	16.769
	v. h. (%)	-55,7	-92,5	-18,3	4,9	3,6	4,6	3,2
Centro	milhares	1.619	245	913	1.511	2.633	1.784	1.694
	v. h. (%)	-38,5	-87,2	-15,0	6,0	3,1	5,3	0,2
Hotelaria	milhares	1.161	153	707	1.191	1.981	1.377	1.335
	v. h. (%)	-41,4	-89,8	-15,4	5,0	0,5	3,2	0,3
Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares €	693.385	68.331	470.263	826.427	1.674.456	1.073.953	996.638
	v. h. real (%)	-58,6	-94,3	-20,1	7,9	7,1	7,4	7,2
Centro	milhares €	81.514	10.134	45.372	77.030	132.655	88.854	83.198
	v. h. real (%)	-38,5	-89,0	-14,8	7,9	4,3	6,4	4,2
Hotelaria	milhares	59.664	6.661	36.783	63.707	104.093	71.626	68.022
	v. h. real (%)	-42,7	-91,1	-15,3	7,7	2,5	4,9	4,5
Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	n.º noites	2,6	2,2	2,4	2,4	2,8	2,6	2,7
Centro	n.º noites	1,9	1,8	1,6	1,6	1,9	1,7	1,7

Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2020 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares.

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico (variação homóloga)



Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico (variação homóloga real)



CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

10,7%

foi o aumento
homólogo dos novos
fogos concluídos para
habitação familiar na
região e

-42,3%

foi a diminuição
homóloga real
regional dos
empréstimos à
habitação vencidos,
em queda há quatro
anos

No terceiro trimestre de 2020, assistiu-se a uma evolução positiva do setor da construção, evidenciada pelos crescimentos homólogos em todos os indicadores regionais de licenciamento e obras concluídas. Estas variações positivas podem refletir já o aligeirar, durante quase todo trimestre, das medidas impostas para contenção da pandemia COVID-19. Das variáveis relativas aos empréstimos à habitação, manteve-se em destaque a evolução muito favorável dos empréstimos vencidos, que permaneceram em queda pelo quarto ano consecutivo. A avaliação bancária da habitação na região continuou a aumentar, mas de forma menos intensa que nos trimestres anteriores.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.643 edifícios, o que se traduziu num acréscimo homólogo de 1,9%, infletindo o comportamento negativo registado no trimestre anterior. Esta variação regional foi superior à do país que também registou um aumento (1,3%), invertendo as variações homólogas negativas observadas nos dois primeiros trimestres de 2020, que haviam interrompido os acréscimos verificados desde 2018. Também os restantes indicadores do licenciamento apresentaram variações positivas. Os novos fogos licenciados para habitação familiar e o licenciamento de construções novas aumentaram 4,5% e 2,1%, respetivamente, em termos homólogos, contrariando o comportamento negativo observado no segundo trimestre de 2020.

Os edifícios concluídos aumentaram 2,3%, na região, em termos homólogos, após o comportamento negativo do período anterior, que havido infletido dois anos de crescimentos homólogos sucessivos. Também nas obras concluídas, os restantes indicadores analisados apresentaram variações positivas. Assim, face a igual período do ano anterior, os novos fogos concluídos para habitação familiar e as conclusões de construções novas cresceram 10,7% e 7,6%, respetivamente. Em termos nacionais, a evolução do total de edifícios concluídos acompanhou o comportamento regional observando-se um aumento homólogo de 1,5%, que manteve a evolução positiva iniciada há dois anos (também, neste caso, com a exceção do segundo trimestre de 2020).

As variações positivas dos edifícios licenciados e concluídos poderão estar associadas aos efeitos do gradual plano de desconfinamento geral do país iniciado em maio, em particular à reabertura de diversas atividades económicas. Assim, apesar do setor da construção não ter suspenso a sua atividade durante a vigência do Estado de Emergência em Portugal (de 18 de março a 2 de maio de 2020), parece ter sido influenciado tanto pela paralisação, como pela retoma de outras atividades económicas.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação, no terceiro trimestre de 2020, cresceram 0,8% na região, em termos homólogos reais, acompanhando a média nacional que também aumentou em 1,2%. O valor registado pela Região Centro, neste trimestre, deu continuidade ao comportamento positivo verificado há mais de um ano, após oito anos de diminuições homólogas consecutivas. Já os empréstimos à habitação vencidos na região continuaram a diminuir muito expressivamente (-42,3%), acompanhando a evolução nacional (-36,8%) e mantendo a tendência de quebras sucessivas verificada há já quatro anos. Também o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos à habitação diminuiu na região e no país em, respetivamente, 0,6 e 0,4 pontos percentuais, face ao período homólogo, cifrando-se, ambos no valor de 0,7%.

Quadro 10 – Construção e Habitação		3T20	2T20	1T20	4T19	3T19	2019	2018
		média trimestral						
Edifícios licenciados*								
Portugal	número	5.790	4.997	5.981	5.767	5.713	5.878	5.568
	v. h. (%)	1,3	-13,7	-4,2	1,5	5,7	5,6	19,7
Centro	número	1.643	1.327	1.639	1.576	1.613	1.606	1.567
	v. h. (%)	1,9	-17,1	0,3	0,6	0,2	2,5	17,7
Construções novas	número	1.192	965	1.207	1.097	1.167	1.124	1.047
	v. h. (%)	2,1	-12,5	6,9	9,0	10,7	7,3	15,2
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	4,5	-1,5	12,0	0,0	16,9	6,1	31,7
Edifícios concluídos* **								
Portugal	número	3.665	3.362	4.302	3.859	3.611	3.546	3.179
	v. h. (%)	1,5	-2,8	32,2	15,7	9,2	11,6	13,9
Centro	número	988	823	1.077	997	966	962	915
	v. h. (%)	2,3	-15,2	17,6	7,2	0,2	5	6,9
Construções novas	número	774	616	813	758	719	726	678
	v. h. (%)	7,6	-15,2	16,3	11,3	1,3	7,0	7,5
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	10,7	-7,3	2,5	22,9	5,4	12,4	31,2
Empréstimos concedidos para habitação***								
Portugal	v. h. real (%)	1,2	0,8	-0,2	-0,5	0,2	-0,4	-1,8
Centro	v. h. real (%)	0,8	0,7	0,1	0,2	0,1	-0,3	-1,4
Empréstimos à habitação vencidos***								
Portugal	v. h. real (%)	-36,8	-45,0	-46,8	-46,8	-44,0	-39,5	-15,3
Centro	v. h. real (%)	-42,3	-43,7	-38,4	-24,8	-35,0	-31,3	-13,3
Avaliação bancária da habitação****								
Portugal	€/m ²	1.128,0	1.115,0	1.110,0	1.091,0	1.066,0	1.048,3	947,0
	v. h. real (%)	5,8	8,5	9,9	11,4	11,3	10,3	7,7
Centro	€/m ²	832,0	869,0	818,0	816,0	794,0	790,8	737,5
	v. h. real (%)	4,8	11,3	5,8	8,7	5,3	6,9	5,1

*O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

** A informação para os anos de 2018, 2019 e 2020 corresponde a dados preliminares e baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

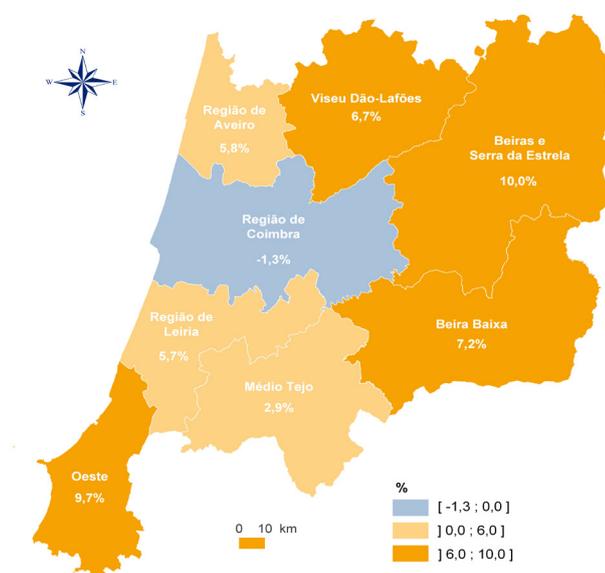
*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

**** Os resultados do Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação, divulgados mensalmente, têm por base o valor mediano de avaliação bancária registado no mês de referência e nos dois meses anteriores (ou seja, no trimestre terminado em cada mês).

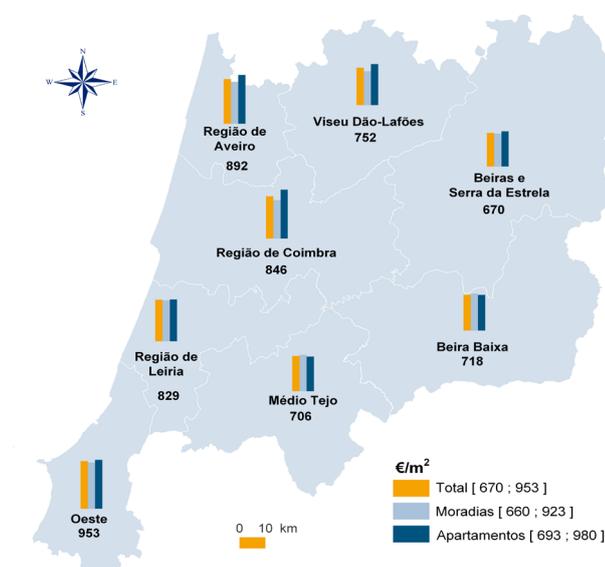
Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 4,8% em termos homólogos reais, a par da evolução nacional que cresceu 5,8%. Esta variação homóloga da avaliação bancária na região foi a mais baixa desde o primeiro trimestre de 2019. Cada metro quadrado destinado à habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 832 euros (aproximadamente mais 38 euros por metro quadrado do que em igual período do ano anterior). Em quase todas as sub-regiões da Região Centro, o valor da avaliação bancária aumentou em termos homólogos reais, destacando-se, pelas variações homólogas reais mais expressivas Beiras e Serra da Estrela (10,0%), Oeste (9,7%), Beira Baixa (7,2%) e Viseu Dão-Lafões (6,7%). Apenas a Região de Coimbra observou uma diminuição homóloga da avaliação bancária em 1,3%.

As duas tipologias de habitação (moradias e apartamentos) contribuíram para esta evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um crescimento homólogo real de 4,4% no valor da avaliação bancária dos apartamentos e de 6,3% nas moradias. O Oeste foi a sub-região com a avaliação mais elevada (953€/m²), evidenciando também a valorização mais alta nos apartamentos (980€/m²) e nas moradias (923€/m²). Já as Beiras e Serra da Estrela foi a menos valorizada em termos médios globais (670€/m²) e também onde as moradias eram menos valorizadas (660€/m²). Os apartamentos apresentaram a avaliação mais baixa no Médio Tejo (693€/m²).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no terceiro trimestre de 2020



Avaliação bancária da habitação no terceiro trimestre de 2020



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

-0,09%

foi a taxa de inflação homóloga regional no trimestre, igualando a observada em igual período do ano anterior

10,4%

foi o crescimento homólogo real dos pagamentos em caixas automáticos na região, o mais expressivo dos últimos seis anos

No terceiro trimestre de 2020, o Índice de Preços no Consumidor diminuiu na Região Centro, de forma menos intensa que no trimestre anterior, registando a mesma taxa do período homólogo. Também o consumo privado denota alguns sinais de recuperação dos efeitos da COVID-19, a avaliar pela evolução mais favorável de alguns indicadores.

O nível médio de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC)²⁵, registou uma contração de 0,09%, em termos homólogos. Esta evolução regional foi inferior à média nacional (que neste trimestre apresentou uma variação quase nula) e igualou a taxa observada em igual período do ano anterior. Na região, metade das classes de despesa contribuiu para esta redução do nível geral dos preços, destacando-se com os decréscimos mais expressivos os “transportes” (-2,64%), a “educação” (-2,18%), a “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (-1,34%) e os “acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-1,10%). Na outra metade das classes de despesa que registaram variações positivas na comparação homóloga, realçaram-se, pelos aumentos mais significativos, os “restaurantes e hotéis” (1,91%), os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (1,81%) e os “bens e serviços diversos” (1,44%).

Quadro 11 – Preços		3T20	2T20	1T20	4T19	3T19	2019	2018
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	0,00	-0,27	0,41	0,25	-0,17	0,34	0,99
Centro	v. h. (%)	-0,09	-0,56	0,23	-0,03	-0,09	0,32	1,10
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	1,81	3,33	1,19	0,46	0,02	0,30	0,74
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	0,53	0,99	1,23	1,44	1,29	1,71	2,25
Vestuário e calçado	v. h. (%)	0,18	-4,25	-2,91	-2,67	-2,07	-2,04	-2,97
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	-1,34	-2,36	0,31	-1,36	-1,14	-0,63	2,32
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-1,10	-1,77	-1,68	-1,97	-1,55	-1,41	-0,50
Saúde	v. h. (%)	0,66	0,59	0,68	0,73	1,08	1,00	1,23
Transportes	v. h. (%)	-2,64	-3,59	0,94	0,90	0,54	1,48	2,80
Comunicações	v. h. (%)	-0,79	-1,95	-4,18	-3,84	-3,82	-2,46	0,53
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	-1,88	-2,95	-1,39	0,13	-0,23	-0,09	0,01
Educação	v. h. (%)	-2,18	-1,96	-1,86	-1,92	1,23	0,41	1,48
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	1,91	1,81	1,31	0,68	0,35	0,95	2,22
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,44	1,10	1,56	1,78	1,56	1,86	0,93

²⁵ Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a pandemia COVID-19 e as consequentes restrições ao comércio e serviços obrigaram a abordagens alternativas no cálculo do IPC durante os meses de abril a julho. A partir de agosto o apuramento do IPC voltou a ser feito com recurso ao trabalho de campo de inquiridores, à semelhança do que era feito até março de 2020. Refira-se que o IPC integra um número significativo de preços obtidos por via administrativa, que não foram afetados por estas restrições.

Tanto o comportamento dos preços como a evolução de alguns indicadores representativos do consumo privado, na Região Centro e em Portugal, denotaram alguns sinais de melhoria, o que poderá já ser resultado dos efeitos da implementação gradual do plano desconfinamento geral do país, mais especificamente do alívio das condicionantes à mobilidade e da retoma da atividade económica.

Assim, no terceiro trimestre de 2020, os pagamentos e as compras em terminais automáticos voltaram a crescer face a igual período do ano anterior, infletindo o comportamento negativo do trimestre precedente. Os pagamentos registaram um acréscimo homólogo real de 10,4% na região, o mais elevado dos últimos seis anos, superando a média do país que apenas cresceu 1,8%, em termos homólogos reais. Já a evolução positiva regional nas compras contrariou o padrão nacional e foi explicada pelo aumento de 7,5% nas compras regionais realizadas em território nacional. Em contraste, os levantamentos em caixas automáticos continuaram, desde o primeiro trimestre de 2020, a registar uma redução homóloga real, em

ambas as componentes (nacional e internacional). As variações regionais, na componente nacional, das compras em terminais de pagamento automático e dos levantamentos pode estar associada à recomendação, das autoridades de saúde, do uso de meios de pagamento alternativos ao dinheiro (de que são exemplo os cartões de multibanco, de preferência com tecnologia *contactless*), por este ser um potencial meio de contágio. Neste trimestre, é ainda de referir que a evolução homóloga regional dos levantamentos foi também explicada por uma contração de 35,1% nos levantamentos internacionais. Na origem do decréscimo deste indicador, apesar do aligeirar, durante quase todo o terceiro trimestre de 2020, de muitas das restrições impostas à livre circulação de pessoas e dos meses que o compõem coincidirem com o período habitual de férias de verão, pode estar o facto, dos portugueses terem optado, devido à pandemia COVID-19, por realizar férias em território nacional, diminuindo massivamente as deslocações ao estrangeiro.

Os empréstimos concedidos para consumo continuaram a aumentar, na Região Centro, em termos homólogos reais (3,3%). Esta evolução regional continua a posicionar a região acima da média do país (2,1%) e, apesar do notório abrandamento face aos trimestres anteriores, dá continuidade à tendência de crescimento observada há já três anos. Já o peso regional dos empréstimos vencidos para consumo no total dos concedidos manteve-se nos 4,4%, igualando o valor observado no período homólogo e situando-se abaixo da média do país que se fixou nos 6,6%.

As importações regionais de bens de consumo também registaram uma quebra homóloga real de 9,5%, que foi mais acentuada que a nacional (-5,8%). Também as receitas de cinema na região e no país continuaram a registar acentuadas quebras homólogas reais (mais de 80%), ainda que com um ligeiro abrandamento face ao período anterior. Estas variações das receitas de cinema mostram claramente a crise vivida pelo setor que, mesmo após a reabertura das salas de cinema de todo o país a 1 de junho de 2020 (no âmbito do plano de desconfinamento), continua a evidenciar poucos sinais de melhoria.

Quadro 12 – Consumo Privado		3T20	2T20	1T20	4T19	3T19	2019	2018
		média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	-5,8	-13,0	0,5	6,4	8,4	5,1	0,7
Centro	v. h. real (%)	-9,5	-12,7	0,0	2,4	4,7	1,9	1,3
Receitas de cinema**								
Portugal	v. h. real (%)	-84,6	-99,7	-17,6	-1,2	22,3	5,4	-4,6
Centro	v. h. real (%)	-86,4	-99,8	-14,2	-3,4	24,6	3,4	-9,7
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***								
Portugal	v. h. real (%)	2,1	2,6	15,4	16,4	13,0	10,8	3,1
Centro	v. h. real (%)	3,3	3,9	18,7	21,5	17,6	15,4	4,4
Empréstimos vencidos para consumo e outros fins (em percentagem dos concedidos)***								
Portugal	%	6,6	6,7	6,7	6,6	7,4	7,4	9,7
Centro	%	4,4	4,4	4,3	4,2	4,4	4,4	5,3
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-11,8	-27,6	-4,6	2,7	1,7	2,2	1,4
Centro	v. h. real (%)	-9,0	-24,2	-3,3	3,5	1,7	2,7	2,0
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	1,8	-14,4	2,5	4,9	5,4	3,9	4,8
Centro	v. h. real (%)	10,4	-5,0	3,5	4,9	5,3	3,7	4,6
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	-6,9	-27,6	0,7	7,7	8,0	8,0	8,0
Centro	v. h. real (%)	3,6	-15,4	5,3	9,2	7,9	8,8	8,6

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2018 e 2019 são definitivos e os de 2020 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016.

** Os dados de 2020 das receitas de cinema são provisórios.

*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuas.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão - FC, Fundo Social Europeu - FSE, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca - FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 para o período de programação 2014-2020 é de 25,8 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros) e ainda de concursos abertos no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020.

PORTUGAL 2020 NA REGIÃO CENTRO

6,6 mil
milhões de euros

de fundos europeus aprovados para a Região Centro até 30 de setembro de 2020 e

73,2%

é a taxa de realização de fundo europeu aprovado no Programa Operacional Capital Humano na Região Centro

No PORTUGAL 2020, no final do terceiro trimestre de 2020, estavam aprovados 6,6 mil milhões de euros de fundos europeus, dos quais 121,3 milhões de euros correspondiam a apoios na sequência da pandemia por COVID-19. O COMPETE 2020 mantinha-se como o programa operacional com mais relevância na região e o FEDER o fundo que cofinanciou a maioria dos montantes aprovados. O Programa Operacional Capital Humano detinha a taxa de realização de fundo mais elevada.

A 30 de setembro de 2020, encontravam-se aprovados 6,6 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020, correspondendo a um volume de investimento elegível de 10,0 mil milhões de euros²⁶. Estes apoios absorvidos pela Região Centro correspondiam a 25,9% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020. Face ao trimestre anterior, ocorreu um aumento de 301,8 milhões de euros nos apoios aprovados para a região, dos quais 68,6 milhões de euros correspondiam a fundos europeus atribuídos na sequência da pandemia por COVID-19, 60,0 milhões de euros ao cofinanciamento europeu do Sistema de Mobilidade do Mondego (que abrange os municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo) e 56,9 milhões de euros ao financiamento de programas de doutoramento e pós-doutoramento.

No final do terceiro trimestre, os apoios aprovados para a região na sequência da pandemia por COVID-19 totalizavam 121,3 milhões de euros de fundos europeus, sendo 109,3 milhões de euros financiados através dos sistemas de incentivos às empresas do COMPETE 2020 e do CENTRO 2020, 1,3 milhões de euros atribuídos aos aquicultores pelo MAR 2020 e 10,7 milhões de euros atribuídos pelo PO CH às escolas secundárias públicas para aquisição de computadores e ligações à internet.

O COMPETE 2020 (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização – PO CI) era o programa operacional com mais relevância na região, sendo responsável por 29,9% dos apoios captados. Juntamente com o CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional) e o PO CH (Programa Operacional Capital Humano) mobilizaram para a região 73,1% dos montantes aprovados, correspondendo a 4,8 mil milhões de euros de fundos europeus. O MAR 2020 era o programa operacional menos relevante (1,0%), com apenas 66,0 milhões de euros aprovados para a Região Centro.

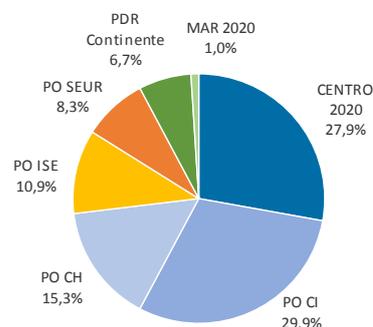
A maioria das aprovações na região teve cofinanciamento FEDER, cujo volume de apoio ascendia a 3,3 mil milhões de euros (49,7%). Seguiu-se o FSE, com 32,3% do total de fundos europeus aprovados, correspondendo a 2,1 mil milhões de euros. O Fundo de Coesão representava 10,3% dos fundos europeus aprovados (681,0 milhões de euros, mobilizados pelo PO CI e pelo PO SEUR). O FEAMP (que cofinancia unicamente projetos aprovados no programa operacional MAR 2020) tinha pouca expressão na região.

²⁶ Em setembro de 2020, apenas 2,2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 não se encontravam distribuídos em termos de NUTS II, tratando-se de operações com investimento em mais do que uma região. A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações. Note-se ainda que, desde janeiro de 2020, deixaram de ser considerados os montantes de fundo aprovado referentes às operações com os estados “anulada” e “rescindida/

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (30 de setembro de 2020)

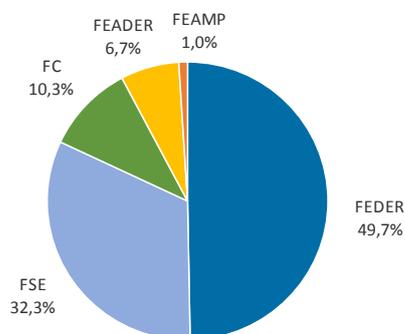
Por Programa Operacional

- PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
- PO CH – Programa Operacional Capital Humano
- PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
- PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
- PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
- MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas



Por Fundo Financiador

- FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional
- FSE – Fundo Social Europeu
- FC – Fundo de Coesão
- FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
- FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca



Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 no Centro

Até ao final de setembro de 2020, estavam aprovados 4,8 mil milhões de euros de fundos europeus para a Região Centro, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Este volume de apoio correspondia a um total de investimento/despesa elegível na região de 7,2 mil milhões de euros.

Quadro 13 - Aprovações e Execução Financeira nos Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 na Região Centro (30 de setembro de 2020)	Aprovações		Execução Financeira				
	Despesa elegível	Fundo europeu	Despesa elegível	Fundo europeu	Pagamentos	Taxa de realização*	Taxa de pagamento**
	Milhares de euros		Milhares de euros			%	%
Total - Centro	7.231.809	4.774.648	x	x	x	x	x
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	3.489.830	1.978.911	1.655.236	913.512	1.058.955	46,2	53,5
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	1.190.812	1.013.796	872.826	741.910	770.362	73,2	76,0
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	839.217	720.110	463.123	399.361	445.609	55,5	61,9
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	703.901	549.759	270.137	226.648	224.870	41,2	40,9
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)	861.250	446.054	x	x	x	x	x
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	146.800	66.018	x	27.783	x	42,1	x

x - valor não disponível
* - fundo executado / fundo aprovado x 100
** - pagamentos / fundo aprovado x 100

No **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização** (PO CI) – COMPETE 2020, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, até 30 de setembro de 2020, estavam aprovados 3,5 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundos europeus de 2,0 mil milhões de euros. Os fundos executados ascendiam a 913,5 milhões de euros, resultando numa taxa de realização deste programa operacional na região de 46,2%. Relativamente ao trimestre anterior, registou-se um acréscimo de fundos aprovados de 59,8 milhões de euros e de 36,3 milhões de euros de fundos executados, que se refletiu num aumento de 0,5 pontos percentuais na taxa de realização. Os pagamentos aos beneficiários das operações financiadas totalizavam 1,1 mil milhões de euros, representando 53,5% do volume de fundos aprovados neste programa operacional para a região (taxa de pagamento).

O sistema de incentivos às empresas, no seu conjunto, absorvia uma parcela muito significativa dos fundos europeus aprovados no COMPETE 2020 na região (69,7%). Neste instrumento de apoio às empresas prevaleciam os incentivos à inovação empresarial (que totalizavam 938,0 milhões de euros de fundos aprovados), bastante distanciados dos incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT) e à qualificação das pequenas e médias empresas (PME) (244,1 e 197,1 milhões de euros de fundos aprovados, respetivamente). O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) concentrava 8,9% dos fundos europeus aprovados e o sistema de apoio a ações coletivas (SAAC) 4,0%.

O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 11,9% do incentivo aprovado, correspondendo a 235,1 milhões de euros de fundos europeus. Deste valor, 191,6 milhões de euros eram oriundos do Fundo de Coesão e respeitavam a intervenções na Região Centro em ferrovia e portos pertencentes a redes transeuropeias de transportes, designadamente na Linha do Norte (123,2 milhões de euros para modernização dos troços Alfaiões-Pampilhosa, Ovar-Gaia e Santana-Cartaxo-Entroncamento), na Linha da Beira Baixa (60,6 milhões de euros para modernização do troço Castelo Branco/Covilhã/Guarda) e no Porto de Aveiro (7,8 milhões de euros). Os restantes 43,5 milhões de euros provinham de FEDER, sendo referentes a investimentos na ferrovia não integrada em redes transeuropeias, mais concretamente em operações de modernização do troço Meleças - Caldas da Rainha, na Linha do Oeste.

O sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA) correspondia a 2,9% dos fundos europeus aprovados (56,9 milhões de euros), tratando-se de ações de promoção das TIC na administração e serviços públicos, de ações de capacitação e modernização dos serviços públicos e de formação dos trabalhadores em funções públicas. De destacar, nesta tipologia, por exemplo, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., com 5,1 milhões de euros de incentivo aprovado para projetos de transformação digital e modernização dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação nesta entidade, ou a Universidade de Coimbra, com um montante também de 3,6 milhões de euros de fundo aprovado para modernização administrativa, soluções de reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos.

De referir ainda o Fundo para a Inovação Social²⁷, com um montante de 28,0 milhões de euros de FSE aprovado para a Região Centro (1,4%). Trata-se de um instrumento financeiro destinado a fomentar o investimento social e a facilitar o acesso a financiamento por parte de organizações sociais e PME que pretendam desenvolver projetos de inovação e empreendedorismo social. Outro instrumento financeiro com incidência na região é o Fundo de Capital e Quase-Capital, instrumento vocacionado para a capitalização de PME que promovam o empreendedorismo qualificado e criativo, com um FEDER aprovado, na Região Centro, de 24,0 milhões de euros (1,2%).

Face ao atual contexto provocado pela pandemia por COVID-19, foram lançadas uma série de medidas no âmbito do PORTUGAL 2020 para ajudar as empresas e outras entidades da economia a ultrapassarem os seus efeitos, a se adaptarem, bem como para auxiliar no desenvolvimento de soluções de combate ao novo coronavírus²⁸. Assim, até 30 de setembro

²⁷ Em termos programáticos, o Fundo para a Inovação Social tinha sido integrado no PO ISE mas, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), foi transferido para o COMPETE 2020.

²⁸ A título exemplificativo, refira-se: (i) prazos de pagamento mais reduzidos; (ii) flexibilização de regras de reembolso, elegibilidade e avaliação de objetivos (por exemplo, possibilidade de diferimento de prestações vincendas no que diz respeito a subsídios reembolsáveis, sem encargos de juros ou outra penalidade, em determinadas situações; elegibilidade para reembolso de despesas suportadas com iniciativas canceladas ou adiadas por razões relacionadas com o COVID-19 nas áreas da internacionalização e da formação; os impactos negativos decorrentes do COVID-19 poderão ser considerados motivos de força maior não imputáveis aos beneficiários na avaliação dos objetivos contratualizados no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas); (iii) avisos de concurso para apoiar de forma rápida e a fundo perdido empresas, entidades e laboratórios nacionais de produção de equipamentos e dispositivos médicos, testes e equipamentos de proteção individual associados ao combate à COVID-19; (iv) avisos de concurso para apoiar as micro empresas e as PME no esforço de adaptação e de investimento nos seus estabelecimentos, ajustando os métodos de organização do trabalho e de relacionamento com clientes e fornecedores dada a pandemia COVID-19, de forma a que sejam cumpridas as normas e regras estabelecidas pelas autoridades competentes.

²⁹ A Comissão Europeia lançou em abril de 2020 dois pacotes de medidas de resposta da política de coesão à crise do coronavírus: a Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII, do inglês *Coronavirus Response Investment Initiative*) e a Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus Mais (CRII+). Enquanto a CRII reencontrou verbas não utilizadas do orçamento da União Europeia para fazer face à crise da COVID-19, a CRII+ flexibilizou as regras em matéria de despesas de coesão para aumentar a flexibilidade.

Assim, o primeiro pacote de medidas centrou-se na mobilização imediata de fundos estruturais, de modo a permitir uma resposta rápida à crise através da mobilização de reservas de tesouraria disponíveis nos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (fundos de coesão) para responder de modo flexível às necessidades emergentes dos setores mais expostos à crise provocada pelo surto de COVID-19, ajudando, assim, cada país da União Europeia através de um apoio individual. No fundo, esta medida permitiu que os Estados Membros gastassem dinheiro não utilizado para mitigar o impacto da pandemia, em vez de devolvê-lo ao orçamento da União Europeia.

O segundo pacote complementa o primeiro ao introduzir uma flexibilidade extraordinária para permitir que todos os apoios não utilizados dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento possam ser plenamente mobilizados. Esta flexibilidade está garantida através da possibilidade de transferência entre os três fundos da política de coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu e Fundo de Coesão); de transferências entre as várias categorias de regiões; e também através de flexibilidade em termos de concentração temática. Existe também a possibilidade de uma taxa de cofinanciamento da União Europeia de 100% para os programas da política de coesão relativos ao exercício contabilístico de 2020-2021, permitindo aos Estados-Membros beneficiar plenamente do financiamento da UE para as medidas relacionadas com a crise. O pacote CRII+ simplifica também as etapas processuais ligadas à execução de programas, à utilização de instrumentos financeiros e à auditoria. Estas medidas não têm precedentes e justificam-se pela situação extraordinária provocada pelo surto de coronavírus.

I&DT - Investigação e desenvolvimento tecnológico

QI PME - Qualificação e internacionalização das pequenas e médias empresas

SAICT - Sistema de apoio à investigação científica e tecnológica

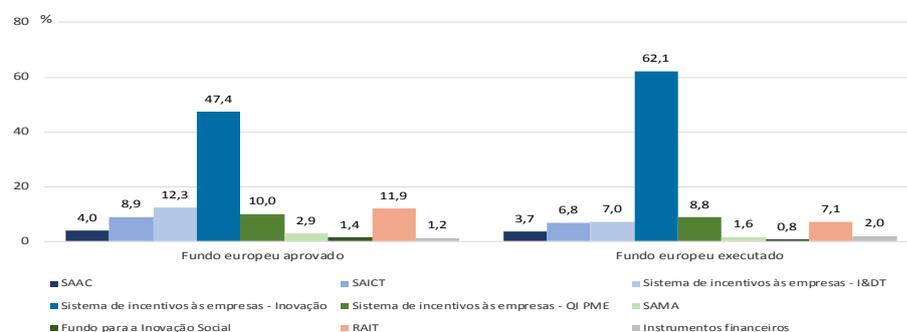
SAMA – Sistema de apoio à modernização administrativa

RAIT – Regime de apoio às infraestruturas de transportes

TIC - Tecnologias de informação e comunicação

de 2020, no âmbito da Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII)²⁹, o COMPETE 2020 já tinha financiado, na região, projetos que ascendiam a 90,6 milhões de euros de investimento elegível e 59,0 milhões de euros de fundo europeu aprovado. Este montante de fundo aprovado foi mobilizado pelo sistema de incentivos às empresas (correspondendo a 4,3% do total aprovado neste instrumento), sobretudo, pela via da inovação produtiva (84,5%) e, em menor escala, pela IDT empresarial (12,3%) e pela qualificação de PME (3,2%). De salientar, neste trimestre, o acréscimo de 39,4 milhões de euros de fundos europeus aprovados no âmbito da CRII, dos quais 28,1 milhões de euros se destinavam à produção de bens e serviços relevantes para fazer face à COVID-19 (investimentos de não PME em inovação produtiva).

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2020)



A grande maioria dos fundos europeus aprovados pelo COMPETE 2020 para projetos na região teve cofinanciamento FEDER (83,7%), existindo também participações pelo Fundo de Coesão (9,7%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (6,6%). No caso do FSE, trata-se do cofinanciamento de formação de empresários e trabalhadores de empresas, integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME), de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME, do cofinanciamento de formação de trabalhadores da Administração Pública integrada em candidaturas ao SAMA, do Fundo para a Inovação Social e do cofinanciamento da medida “StartUP Voucher”, que visa promover o desenvolvimento de projetos empresariais de jovens, que se encontrem em fase de ideia, facultando um conjunto de ferramentas técnicas e financeiras que viabilizem a consequente criação de novas empresas, integrada no SAAC. De salientar que, neste trimestre, o acréscimo de fundo europeu aprovado foi financiado sobretudo por FEDER, cujo aumento foi de 58,3 milhões de euros (correspondendo a 97,6% do total), justificado, sobretudo, pelas novas aprovações no sistema de incentivos à inovação empresarial.

Distribuição do fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por fundo financiador (30 de setembro de 2020)



Analisando o fundo executado, verificava-se uma prevalência ainda maior do sistema de incentivos à inovação empresarial (correspondendo a 62,1% do total do fundo executado) e do FEDER enquanto fundo financiador. Quanto às restantes tipologias, com exceção dos instrumentos financeiros, e aos restantes fundos financiadores, verificava-se que o peso do fundo executado era sempre inferior ao peso do respetivo fundo aprovado.

No **Programa Operacional Capital Humano** (PO CH), que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 30 de setembro de 2020, na Região Centro, estavam aprovados 1,0 mil milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 1,2 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 741,9 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização deste programa operacional na região de 73,2% (a mais elevada de entre os vários programas operacionais). Neste trimestre registou-se um acréscimo de 18,7 milhões de euros no fundo executado, tendo os apoios aprovados aumentado apenas 10,7 milhões de euros. Como repercussão, a taxa de realização subiu 1,1 pontos percentuais. No final do terceiro trimestre de 2020, os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 770,4 milhões de euros, o que representava 76,0% do volume de fundos aprovados (a taxa de pagamento mais elevada dos vários programas operacionais).

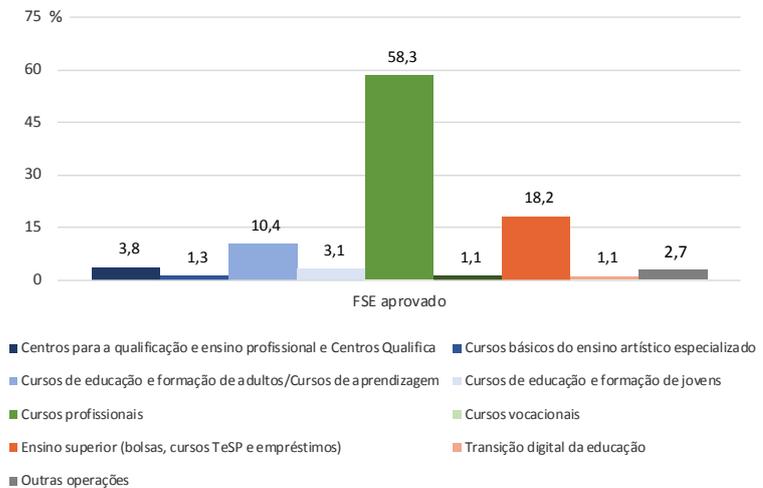
Do apoio aprovado, 58,3% destinavam-se a cofinanciar cursos profissionais (correspondendo a 591,0 milhões de euros de FSE), visando a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho. Os apoios destinados a reforçar a formação superior e avançada concentravam 18,2% do fundo europeu aprovado, traduzindo-se, sobretudo, em bolsas de estudo para alunos carenciados, mas também em bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, apoio a cursos técnicos superiores profissionais (TeSP) e financiamento de uma linha de crédito para estudantes do ensino superior³⁰.

³⁰ Após a reprogramação do PORTUGAL 2020, os cursos TeSP, os programas de doutoramento e as bolsas de pós-doutoramento, bem como as bolsas de ensino superior para alunos carenciados, deixam de ser elegíveis no PO CH, mantendo-se neste programa operacional apenas o apoio aos empréstimos reembolsáveis a alunos do ensino superior. Nos dois primeiros casos, os apoios passam a ser assegurados pelo PO regional, enquanto as bolsas para apoio à frequência do ensino superior por alunos carenciados passam a ser apoiados pelo PO ISE.

Das restantes ações, destacavam-se ainda os cursos de educação e formação de adultos/sistema de aprendizagem (10,4%), que visam a atualização do conhecimento, das qualificações e das competências dos trabalhadores adultos, e os apoios aos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional e Centros Qualifica (3,8%), direcionados a jovens e adultos que procuram desenvolver ou certificar as suas competências.

De destacar que, neste trimestre, no âmbito dos apoios concedidos na sequência da pandemia por COVID-19, foram aprovados, neste programa operacional, 10,7 milhões de euros de FSE para a Transição Digital da Educação (que justificaram o acréscimo de fundo aprovado neste programa operacional, neste período), correspondendo a apoios para as escolas públicas do ensino secundário da região para aquisição de computadores, conectividade e serviços conexos, uma vez que a crise pandémica e o ensino à distância vieram revelar várias fragilidades. O CRII/CRII+, articulado com o Plano para a Transição Digital, disponibilizou os meios para a resposta a esta premência.

Fundo europeu aprovado no Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2020)



No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)**, que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, no final do terceiro trimestre de 2020, estavam aprovados, na Região Centro, 839,2 milhões de euros de despesa elegível e 720,1 milhões de euros de FSE. O fundo validado totalizava 399,4 milhões de euros, perfazendo uma taxa de realização do PO ISE na região de 55,5%. Neste trimestre, o fundo aprovado aumentou 12,7 milhões de euros e o fundo executado 19,4 milhões de euros, o que implicou um aumento na taxa de realização em 1,7 pontos percentuais. Os pagamentos aos beneficiários das operações do PO ISE totalizavam 445,6 milhões de euros, traduzindo uma taxa de pagamento de 61,9%.

A inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade absorvia 20,7% do FSE aprovado (148,9 milhões de euros), tratando-se de emprego apoiado e de cursos/ações que possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de competências e qualificações profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

A inclusão de grupos vulneráveis concentrava 12,8% do FSE aprovado (92,2 milhões de euros), tratando-se sobretudo de bolsas de estudo para alunos carenciados³¹, que visam melhorar as possibilidades de acesso dos estudantes socialmente desfavorecidos ao ensino superior (76,4 milhões de euros), mas também de ações de capacitação para a inclusão que apostam, fundamentalmente, no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente vulneráveis (15,8 milhões de euros de FSE).

Outra parte relevante do fundo aprovado (12,5%, correspondendo a 90,2 milhões de euros) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo sobretudo a estágios em empresas, na administração pública e em contexto internacional, apoios à contratação e ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

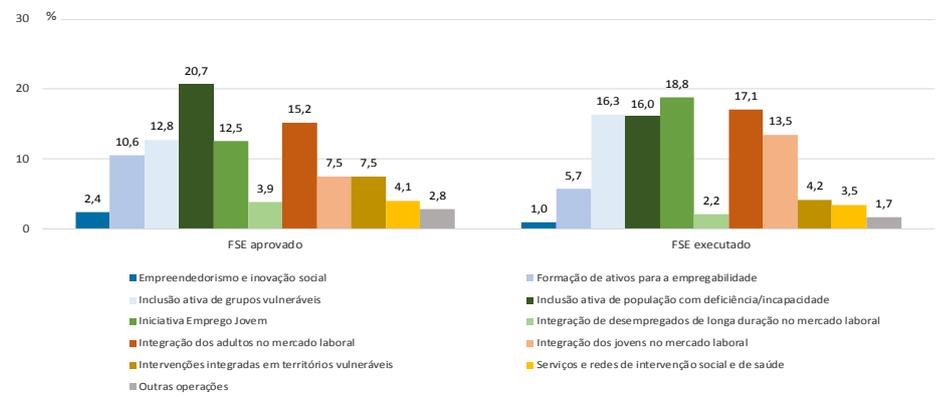
De referir ainda, a formação de ativos para a empregabilidade (formação modular para empregados e desempregados, que representava 10,6% do FSE aprovado), a integração de adultos no mercado laboral (15,2%) e a integração de jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem no mercado de trabalho (7,5%), traduzindo-se estas duas últimas tipologias em estágios e apoios à contratação que visam estimular a criação líquida de emprego.

³¹ Como já referido anteriormente, com a reprogramação do PORTUGAL 2020, as bolsas de ensino superior para alunos carenciados passaram a ser apoiadas por este programa operacional e deixaram de ser elegíveis no PO CH.

As intervenções integradas em territórios vulneráveis perfaziam 53,9 milhões de euros (7,5% do FSE aprovado), correspondendo ao financiamento dos contratos locais de desenvolvimento social de 4.ª geração. Estes programas visam promover a inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores fragilidades sociais num determinado território, mobilizando, de forma integrada, diversos agentes e recursos localmente disponíveis, constituindo-se como um instrumento de combate à exclusão social fortemente marcado por uma intervenção de proximidade realizada em parceria.

Quanto à execução, destacavam-se, com os maiores montantes de fundo executado, a Iniciativa Emprego Jovem (18,8%), a integração de adultos no mercado laboral (17,1%), a inclusão ativa de grupos vulneráveis (16,3%) e a inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade (16,0%).

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2020)



No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)**, que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até 30 de setembro de 2020, estavam aprovados, na Região Centro, 703,9 milhões de euros de despesa elegível e 549,8 milhões de euros de fundo de coesão. A taxa de realização deste programa operacional na Região Centro era de 41,2%, com o fundo executado a ascender a 226,6 milhões de euros. Neste trimestre, os fundos aprovados aumentaram 60,1 milhões de euros e os fundos executados apenas 16,6 milhões de euros, o que se traduziu num decréscimo de 1,7 pontos percentuais na taxa de realização deste programa operacional na região. Os pagamentos aos beneficiários da região de apoios do POSEUR ascendiam a 224,9 milhões de euros, representando 41,2% dos fundos aprovados.

O ciclo urbano da água absorvia 34,8% do fundo europeu aprovado (191,4 milhões de euros) respeitando, na sua maioria, a projetos para a concretização e remodelação de estações de tratamento de águas residuais, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem e execução de redes de saneamento de águas residuais.

As ações de eficiência energética representavam 20,0% do fundo aprovado, abrangendo habitações (0,1%), transportes (12,7%) e infraestruturas públicas (7,2%). As ações de eficiência energética nos transportes públicos perfaziam 69,8 milhões de euros de fundo europeu aprovado, tendo, neste trimestre, ocorrido um acréscimo de 60,0 milhões de euros referentes à aprovação do Sistema de Mobilidade do Mondego, que visa a implementação de um MetroBus no antigo ramal ferroviário da Lousã e na área urbana de Coimbra, ligando os municípios da Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra (esta aprovação justificou o acréscimo de fundo aprovado neste programa operacional, neste período). As iniciativas de eficiência energética nas infraestruturas públicas totalizavam 40,0 milhões de euros. Pela relevância dos valores atribuídos, evidenciava-se a implementação de medidas de eficiência energética em

edifícios com consumos relevantes de energia, como os centros hospitalares Tondela-Viseu, do Médio Tejo, de Coimbra e do Baixo Vouga, os institutos politécnicos de Viseu, de Tomar e da Guarda, o Instituto Português de Oncologia de Coimbra, a unidade local de saúde de Castelo Branco, a universidade da Beira Interior, o centro de medicina de reabilitação Rovisco Pais, o hospital distrital da Figueira da Foz, entre outros.

Os projetos de prevenção da erosão costeira (um tipo de risco específico que afeta o nosso território) absorviam 13,1% do fundo aprovado, totalizando 72,0 milhões de euros. Destacavam-se, pelos elevados apoios, as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (17,6 milhões de euros), de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos (13,6 milhões de euros), de alimentação artificial da praia no troço costeiro a sul da Figueira da Foz, Cova Gala - Costa de Lavos (13,5 milhões de euros) e de alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com areias provenientes do Porto de Aveiro (4,3 milhões de euros).

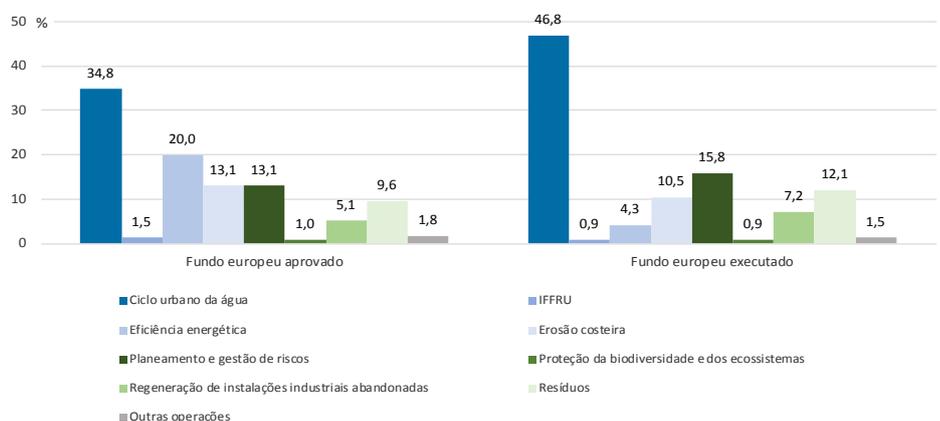
As operações relacionadas com planeamento e gestão de riscos perfaziam também 72,0 milhões de euros, representando, igualmente, 13,1% do incentivo aprovado, tratando-se de abordagens direcionadas para a prevenção de riscos específicos como cheias/inundações e incêndios florestais, mas também de instrumentos de previsão, planeamento, monitorização e gestão para assegurar a resiliência do sistema de proteção civil face à diversidade de riscos. Nesta tipologia destacavam-se, pelos montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (10,2 milhões de euros), a regularização do rio Arunca (5,7 milhões de euros), as intervenções no aproveitamento hidráulico do rio Mondego (4,1 milhões de euros) e os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (4,0 milhões de euros).

³² A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão é uma associação constituída por dezanove municípios (Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro de Aire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela), que criou um sistema intermunicipal integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos, que permite encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do ambiente e à preservação da beleza da região.

A valorização de resíduos captava 9,6% de fundo europeu aprovado (totalizando 52,7 milhões de euros). Evidenciavam-se, pela sua relevância, o incentivo de 15,7 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão³², para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos três fluxos multimateriais, o apoio de 6,3 milhões de euros para implementação de uma linha de preparação de combustível derivado de resíduos dessa mesma unidade e o incentivo de 5,1 milhões de euros para aumento da capacidade de valorização orgânica do tratamento mecânico e biológico de Leiria.

Em termos de fundo executado, o ciclo urbano da água absorvia quase metade dos apoios validados (46,8%), seguindo-se as operações de planeamento e gestão de riscos (15,8%) e de valorização de resíduos (12,1%).

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (30 de setembro de 2020)



No **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até 30 de setembro de 2020, na Região Centro, estavam aprovados 861,3 milhões de euros de despesa elegível e 446,1 milhões de euros de FEADER. O fundo europeu aprovado conheceu, neste trimestre, um acréscimo de 45,4 milhões de euros.

Para este nível de compromisso, contribuíram os projetos aprovados na ação “investimento na exploração agrícola”, totalizando 128,5 milhões de euros de FEADER (28,8% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental. Neste trimestre, destaca-se o aumento de 16,1 milhões de euros de FEADER aprovado na região nesta tipologia.

O desenvolvimento local era responsável por 12,0% do fundo europeu aprovado, sendo operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que têm a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 53,5 milhões de euros de fundo aprovado nesta área do desenvolvimento local, 19,6 milhões de euros destinaram-se à qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 33,9 milhões de euros correspondem à aprovação de operações para a concretização das referidas estratégias³³. Neste trimestre, o FEADER aprovado nesta tipologia aumentou 10,2 milhões de euros.

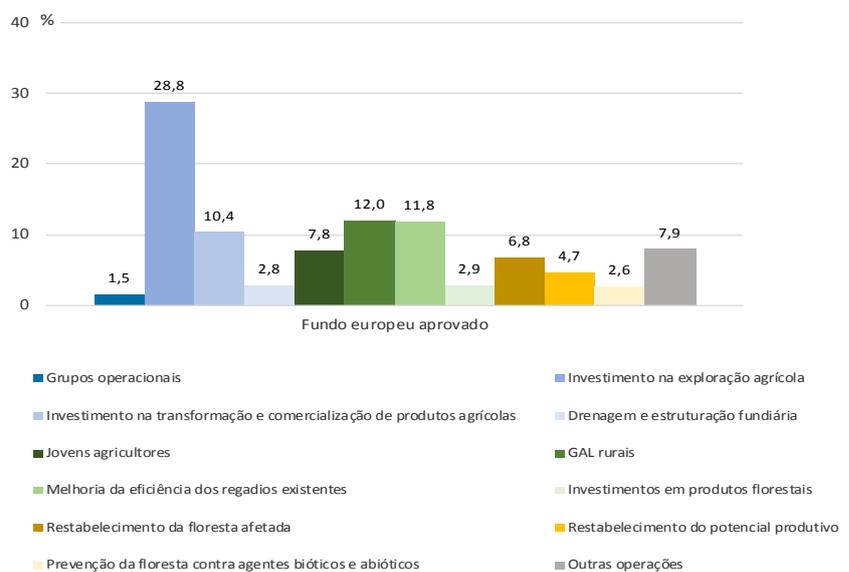
³³ Estas operações foram aprovadas nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “pequenos investimentos na transformação e comercialização”, “diversificação de atividades na exploração”, “cadeias curtas e mercados locais”, “renovação de aldeias” e “promoção de produtos de qualidade locais”.

³⁴ Trata-se de um elevado número de pequenos projetos de investimento para aquisição de equipamentos, mecanização das atividades agrícolas, plantação de árvores de fruto e espécies hortícolas, instalação de novas explorações (agrícolas e pecuárias), construção de pavilhões e estufas, entre outros.

As operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes absorveram 11,8% do fundo europeu (52,7 milhões de euros). Nesta tipologia, destacavam-se pelos elevados montantes de apoio, a modernização do regadio do vale do Pranto, integrado no regadio do Baixo Mondego, abrangendo os municípios de Soure, Pombal e Figueira da Foz (21,2 milhões de euros), o aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobaça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado), o aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis no bloco de rega das Salgadas, em Leiria (7,5 milhões de euros) e no bloco do Boco, na Marinha Grande (4,7 milhões de euros) e a reabilitação da barragem do Lapão, em Mortágua (4,3 milhões de euros de apoio aprovado).

De destacar ainda os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas, que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor e concentravam 10,4% do fundo aprovado³⁴.

Fundo europeu aprovado no Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2020)



Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 30 de setembro de 2020, na Região Centro, tinham sido aprovados 146,8 milhões de euros de despesa elegível e 66,0 milhões de euros de FEAMP. A taxa de realização deste programa operacional na região era de 42,1%, ascendendo o fundo validado a 27,8 milhões de euros. Neste trimestre, assistiu-se ao aumento de apenas 2,9 milhões de euros no fundo aprovado e de 1,7 milhões de euros na execução, o que se traduziu num acréscimo de 0,7 pontos percentuais na taxa de realização.

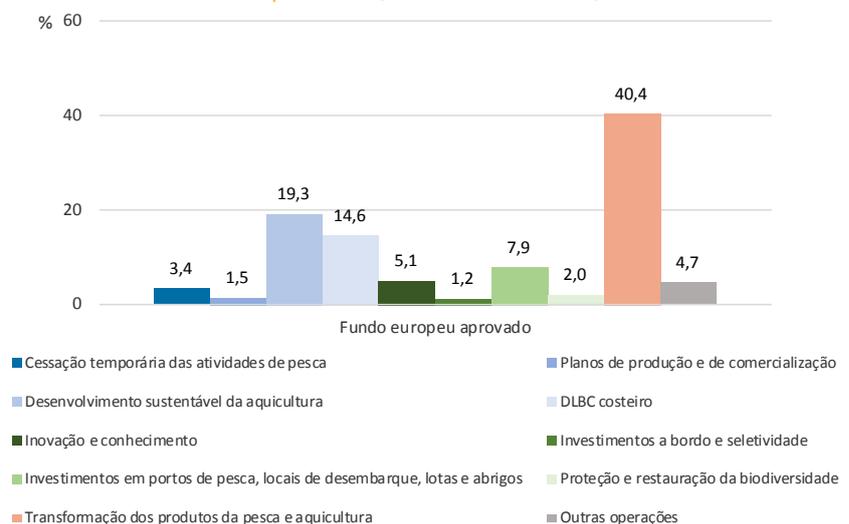
No final do terceiro trimestre de 2020, os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 40,4% do fundo aprovado, correspondendo a 26,7 milhões de euros. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 13,0 milhões de euros e uma comparticipação financeira de FEAMP de 4,9 milhões de euros. Ainda de referir, pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

Os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura eram responsáveis por 19,3% do fundo europeu aprovado, sendo de destacar um projeto empresarial para ampliação das instalações de produção de pregado em aquicultura, na Praia da Tocha, envolvendo 2,2 milhões de euros de fundo aprovado, dois projetos empresariais, em Mira, referentes a uma maternidade de peixes marinhos e a uma unidade de engorda de linguado, cada um com 1,5 milhões de euros de FEAMP aprovado e um projeto da Universidade de Aveiro referente à instalação, em Ílhavo, de uma estação piloto para teste de novos sistemas de aquicultura sustentável, com um fundo de aproximadamente um milhão de euros.

De referir também o fundo europeu aprovado para o desenvolvimento local costeiro, no valor de 9,6 milhões de euros (14,6%). Deste montante, 2,2 milhões de euros destinaram-se à operacionalização das parcerias de desenvolvimento local costeiro que, na Região Centro, se encontram organizadas em cinco grupos de ação local (GAL) costeiros: GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura, no âmbito das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Os restantes 7,4 milhões de euros de FEAMP correspondiam a operações aprovadas para a concretização dessas estratégias, nos municípios de Alcobaça, Aveiro, Caldas da Rainha, Cantanhede, Figueira da Foz, Ílhavo, Leiria, Lourinhã, Marinha Grande, Mira, Murtosa, Nazaré, Óbidos, Peniche, Torres Vedras e Vagos.

Destacavam-se ainda os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos, com 7,9% do FEAMP aprovado e operações financiadas em Aveiro, Figueira da Foz, Ílhavo, Lourinhã, Murtosa, Nazaré, Peniche e Torres Vedras.

Fundo europeu aprovado no Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (30 de setembro de 2020)



CENTRO 2020

A 30 de setembro de 2020, 113,9% da dotação do **Programa Operacional Regional – CENTRO 2020** tinha já sido colocada a concurso nos 420 avisos de concurso abertos, tendo sido apresentadas 20.457 candidaturas, com intenções de investimento na região de 7,1 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2,155 mil milhões de euros de fundos europeus. O facto da dotação a concurso ser superior à dotação do programa resulta de uma gestão antecipada por parte da autoridade de gestão, uma vez que se prevê que possa haver descomprometimento de fundos europeus não utilizados em algumas operações e/ou que alguns projetos sejam encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos aprovados, podendo libertar fundos para novas aprovações. Esta situação é habitual com a aproximação do final dos ciclos de programação, sendo uma prática de gestão que tem como objetivo utilizar a totalidade dos recursos disponíveis.

No final do terceiro trimestre de 2020 tinham sido aprovadas 8.350 operações no CENTRO 2020, que previam um investimento elegível na região de 2,8 mil milhões de euros e uma comparticipação financeira de 1,8 mil milhões de euros de fundos europeus. O acréscimo de fundos aprovados neste trimestre foi de 110,2 milhões de euros, tendo 76,8 milhões de euros sido cofinanciados por FSE (correspondendo a 70% do acréscimo total). Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento total de 392 mil euros e um apoio europeu de 221 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do CENTRO 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)*		setembro 2020	junho 2020	março 2020	dezembro 2019	setembro 2019
Concursos						
Total	número	420	345	328	312	307
Fundo comunitário	milhões €	2.453,8	2.365,0	2.323,7	2.246,8	2.132,9
	% da dotação de fundo	113,9	109,7	107,8	104,3	99,0
Em aberto	número	96	26	30	18	35
Fundo comunitário	milhões €	143,3	102,1	138,2	91,8	219,3
Encerrados	número	324	319	298	294	272
Fundo comunitário	milhões €	2.310,5	2.262,9	2.185,5	2.155,0	1.913,6
Candidaturas apresentadas						
Total	número	20.457	18.121	16.506	16.346	16.049
Investimento total previsto	milhões €	7.075,3	6.624,8	6.246,9	6.088,3	5.930,6
Operações aprovadas						
Total	número	8.350	7.756	7.269	7.392	7.045
Investimento total	milhões €	3.272,0	3.136,2	3.037,8	3.050,4	2.911,2
Investimento elegível	milhões €	2.790,6	2.656,3	2.568,8	2.565,1	2.450,8
Fundo comunitário	milhões €	1.843,1	1.732,9	1.652,2	1.638,0	1.548,8

* A partir de janeiro de 2020 deixaram de ser considerados os montantes de fundo europeu aprovado nas operações com os estados "anulada" e "rescindida/revogada".

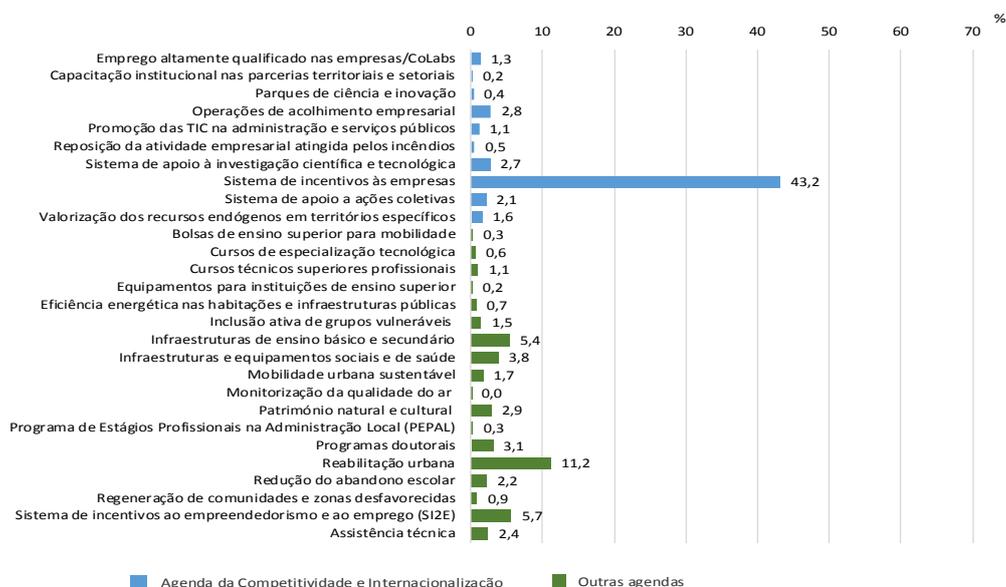
O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 56,0% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 1,7 mil milhões de euros de intenções de investimento e 1,0 mil milhões de euros de incentivos.

A quase totalidade destas aprovações respeitava ao sistema de incentivos às empresas, com 795,8 milhões de euros de incentivo atribuído, correspondendo a 43,2% do fundo europeu total aprovado.

O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica absorvia 2,7% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

Ainda neste domínio da competitividade destacavam-se as operações de acolhimento empresarial, com 2,8% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos e de apoios à localização de empresas, e o sistema de apoio a ações coletivas, absorvendo 2,1% do fundo aprovado, instrumento de apoio indireto às empresas, complementar a montante e a jusante do sistema de incentivos às empresas, visando potenciar os seus resultados e a criação/melhoria das condições envolventes, com particular enfoque nos fatores imateriais de competitividade de natureza coletiva.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (30 de setembro de 2020)



Fora da agenda da competitividade e internacionalização (totalizando 811,6 milhões de euros de fundos aprovados), destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (11,2%), a infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (5,4%), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (3,8%), a programas doutorais (3,1%), ao património natural e cultural (2,9%), à redução do abandono escolar (1,9%), à mobilidade urbana sustentável (1,7%) e à inclusão ativa de grupos vulneráveis (1,5%), traduzindo-se, estes últimos, em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção. De salientar que, dos 205,7 milhões de euros de fundos aprovados para operações de reabilitação urbana, 16,0 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), que disponibiliza produtos financeiros (com condições mais vantajosas face às praticadas no mercado) vocacionados especificamente para apoiar a reabilitação urbana de edifícios (destinados à habitação ou a outras atividades), incluindo as soluções integradas de eficiência energética mais adequadas no âmbito dessa reabilitação.

De referir ainda o sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (SI2E), que pretende estimular o surgimento de iniciativas empresariais e a criação de emprego, especialmente em territórios de baixa densidade (atribuindo majorações específicas a investimentos neles realizados), no qual, até 30 de setembro de 2020, estavam aprovados 105,2 milhões euros de fundos europeus (5,7%) correspondendo a 198,3 milhões de euros de intenções de investimento. Note-se que, para operacionalizar este tipo de apoios, foi contratualizada, na Região Centro, com as CIM e os GAL, uma dotação de fundos europeus de 131,3 milhões de euros (incluindo já o reforço na dotação das CIM de 50 milhões de euros, ocorrido na sequência da reprogramação do CENTRO 2020).

³⁵ Trata-se do Fundo de Capital e Quase-Capital (que totalizada um FEDER aprovado na região de 60,0 milhões de euros) e do Fundo de Dívida e Garantia (com um FEDER aprovado de 44,7 milhões de euros).

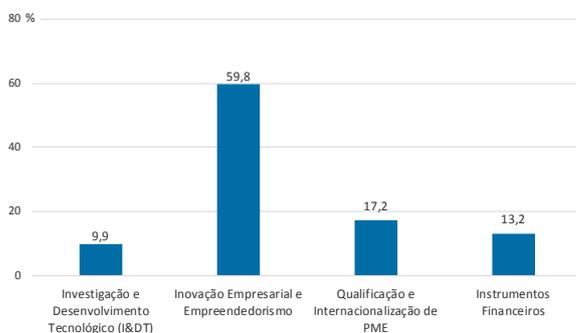
³⁶ A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas.

³⁷ A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas e as operações com investimento em mais do que uma sub-região do Centro.

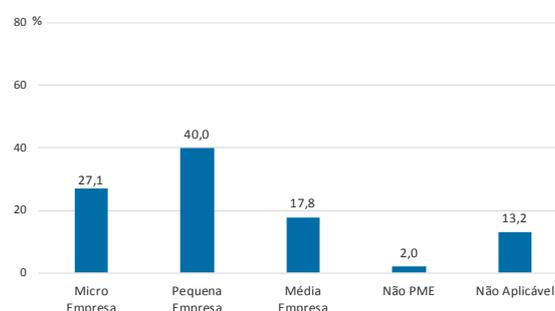
Detalhando o sistema de incentivos às empresas, dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio, 59,8% correspondia a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo (475,7 milhões de euros), enquanto apenas 9,9% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas mobilizavam 104,7 milhões de euros (13,2% do fundo aprovado no sistema de incentivos às empresas), correspondendo este valor ao contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A.³⁵. Esta instituição foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas do CENTRO 2020 (30 de setembro de 2020)

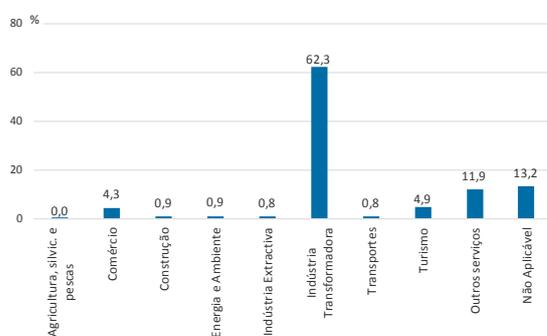
Por tipologia de investimento



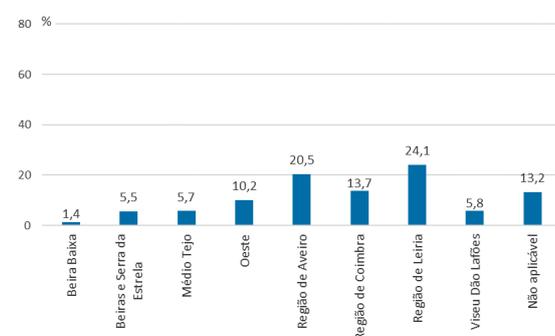
Por dimensão da empresa³⁶



Por setor de atividade³⁶



Por Comunidade Intermunicipal (CIM)³⁷



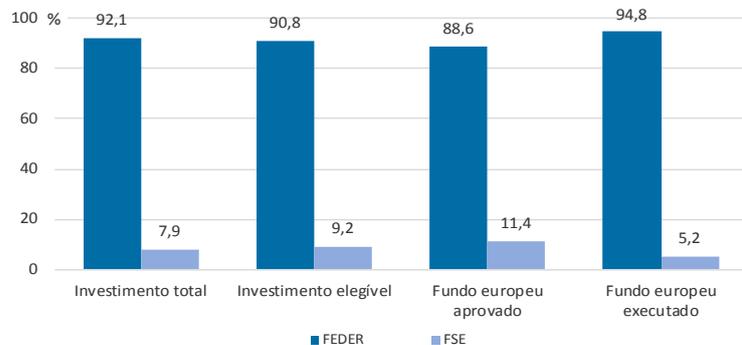
Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (40,0%) e microempresas (27,1%) e à indústria transformadora (62,3%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

Foi também através do sistema de incentivos às empresas que, no CENTRO 2020, se operacionalizou a já referida Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII). Assim, até 30 de setembro de 2020, neste âmbito, tinham sido aprovados 50,3 milhões de euros de fundo europeu (6,3% do total aprovado no sistema de incentivos às empresas), correspondendo a 64,2 milhões de investimento elegível. Este montante de incentivo foi direcionado sobretudo para a inovação produtiva (70,3%) e, em menor escala, para a qualificação de PME (11,7%) e para a IDT (18,0%). Neste trimestre, o aumento de fundo europeu aprovado neste âmbito foi de 17,2 milhões de euros.

³⁸ A 5 de dezembro de 2018, foi aprovada, pela Comissão Europeia, a reprogramação do PORTUGAL 2020 considerando a adequação à alteração do ciclo económico e o alinhamento com o Plano Nacional de Reformas. Este exercício de reprogramação não alterou a dotação global dos programas operacionais, mas permitiu otimizar os recursos disponíveis e reafectá-los entre prioridades. No que respeita ao CENTRO 2020, esta transferência de verbas teve implicações na dotação financeira dos vários eixos e dos respetivos fundos financiadores.

A grande maioria das aprovações do CENTRO 2020 teve cofinanciamento FEDER (88,6% dos incentivos aprovados), com o FSE ainda distante dos montantes programados. Note-se que a estrutura dos fundos a serem geridos durante o atual período de programação no CENTRO 2020 corresponde a 79,4% de FEDER e 20,6% de FSE (correspondendo a uma dotação financeira de 1.711,5 milhões de euros de FEDER e 443,5 milhões de euros de FSE³⁸). No final do terceiro trimestre de 2020, estava aprovada uma comparticipação de FEDER de 1,6 mil milhões de euros (95,4% da dotação programada). No caso do FSE, estavam aprovados 209,6 milhões de euros de fundo europeu (47,3% da dotação programada), tendo, neste trimestre, ocorrido um aumento bastante significativo (de 76,8 milhões de euros).

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do CENTRO 2020, por tipologia de fundo (30 de setembro de 2020)



³⁹ O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

As operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (27,6 milhões de euros de fundo aprovado) e também (i) a programas doutorais (56,9 milhões de euros integralmente aprovados neste trimestre), (ii) a medidas que visam a redução do abandono escolar (40,8 milhões de euros), designadamente os Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal e o aprofundamento do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária³⁹, (iii) aos incentivos à contratação de recursos humanos altamente qualificados por parte das empresas ou laboratórios colaborativos (24,5 milhões de euros, dos quais 13,8 foram aprovados neste trimestre), (iv) a cursos técnicos superiores profissionais (19,7 milhões de euros), (v) a cursos de especialização tecnológica (11,5 milhões de euros), (vi) aos incentivos atribuídos no âmbito

do S2E (10,0 milhões de euros), (vii) ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (6,2 milhões de euros), (viii) a bolsas de ensino superior para a mobilidade (5,1 milhões de euros), (ix) a ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais (4,0 milhões de euros) e (x) a formação de empresários e trabalhadores integrada em projetos empresariais mais abrangentes submetidos ao sistema de incentivos à inovação e à qualificação e internacionalização das PME (3,3 milhões de euros).

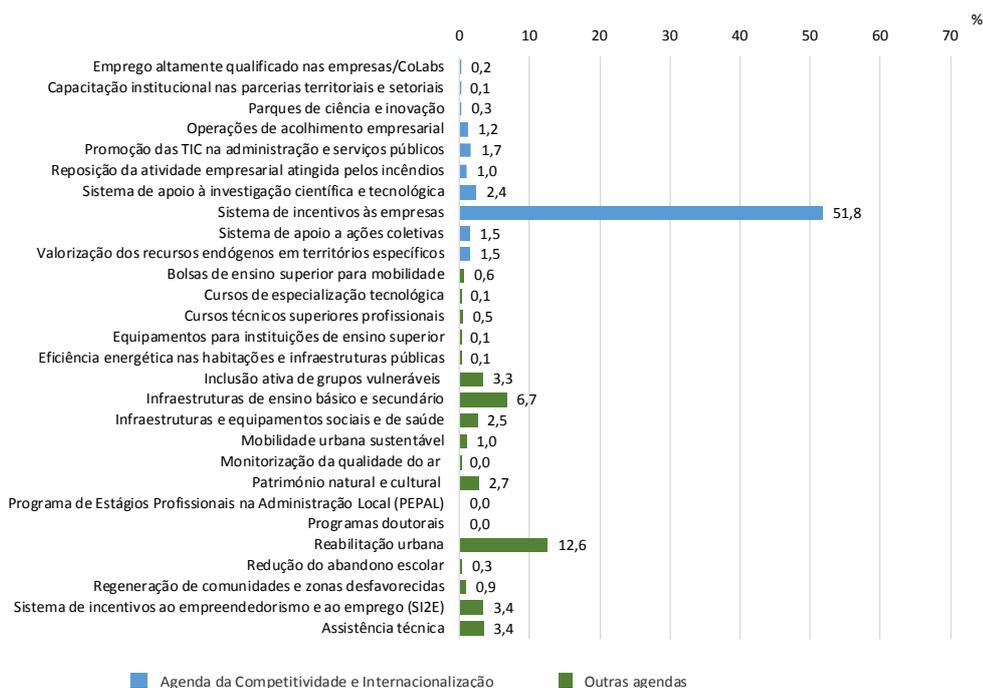
No final de setembro de 2020, o programa tinha 85,5% da sua dotação comprometida e estavam validados 762,4 milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 35,4%. Neste trimestre, o diferencial entre taxa de compromisso e taxa de execução aumentou 2,9 pontos percentuais, situando-se nos 50,1 pontos percentuais. A taxa de realização do CENTRO 2020 aumentou para os 41,4%.

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 839,4 milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) superior a 100% (110,1%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 45,5%. Neste trimestre, a taxa de reembolso voltou a aumentar, contrariando a tendência de diminuição registada em períodos anteriores (que espelhava a progressiva conversão dos adiantamentos em despesa efetiva e validada), reflexo das medidas adotadas para ajudar a responder à pandemia por COVID-19, que injetaram liquidez nos beneficiários dos fundos para a realização de despesa (das quais é exemplo o mecanismo extraordinário de pagamento de pedidos de adiantamento). O fundo europeu certificado à Comissão Europeia ascendia a 673,2 milhões de euros, correspondendo a 31,2% do fundo programado.

Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		setembro 2020	junho 2020	março 2020	dezembro 2019	setembro 2019
Execução financeira						
Despesa executada						
Investimento (custo) elegível	milhares €	1.118.346	1.043.753	959.951	896.879	772.834
Fundo europeu	milhares €	762.408	713.966	661.181	621.375	536.822
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	839.382	778.667	701.130	659.443	577.764
Fundo europeu certificado à Comissão Europeia	milhares €	673.186	619.220	553.574	553.574	503.830
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	85,5	80,4	76,7	76,0	71,9
Taxa de execução (fundo executado / fundo programado)	%	35,4	33,1	30,7	28,8	24,9
Taxa de realização (fundo executado / fundo programado)	%	41,4	41,2	40,0	37,9	34,7
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	45,5	44,9	42,4	40,3	37,3
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo executado)	%	110,1	109,1	106,0	106,1	107,6
Taxa de certificação do fundo programado (fundo certificado / fundo programado)	%	31,2	28,7	25,7	25,7	23,4

Analisando a execução por tipologias, verificava-se que, o sistema de incentivos às empresas detinha a maioria do fundo executado (51,8%), seguindo-se a reabilitação urbana (12,6%) e as infraestruturas de ensino básico e secundário (6,7%).

Distribuição do fundo europeu executado no âmbito do Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (30 de setembro de 2020)



Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Desemprego Registado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - SNF (Sociedades Não Financeiras) - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - SNF (Sociedades Não Financeiras) - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 18, n.º 19, n.º 20, n.º 21 e n.º 22
- Informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020

Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do terceiro trimestre de 2020 foi recolhida até ao dia 14 de dezembro de 2020.

